

Prazo: desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e

6



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Quem tem carro e deseja economizar no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) é bom ficar atento. Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do **IPVA**, em cota única.

Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto.

Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

COMO PAGAR?

Para realizar o pagamento, o contribuinte pode recorrer a uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto.

Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz, em Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela.

Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

LEIA MAIS: Em Salvador, 21 mulheres do grupo de gestantes foram vacinadas com o antídoto da Astrazeneca antes da suspensão recomendada pela Anvisa

Acompanhe todas as notícias sobre o novo coronavírus.

?Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos no www.aratuon.com.br/aovivo. Nos mande uma mensagem pelo WhatsApp: (71) 99986-0003.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e 6



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação CN

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

a uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz, em Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Fonte: A Tarde

Para realizar o pagamento, o contribuinte pode recorrer

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Fazenda - IPVA

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e 6



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz, em Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e 6



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tags: 5% , desconto , **ipva**

Fonte: Ascom/Sefaz-Ba

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o

imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Com exceção das placas de final 1, 2, 3 e 4, os proprietários de veículos podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz , em Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os comentários estão encerrados.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 5 e 6



Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm até os dias 27 e 28 de maio, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA**, em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/05/2021	
Cita a Sefaz	



Prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada contempla compras realizadas até o fim de maio

12 maio 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Os participantes da campanha Nota Premiada Bahia, do Governo do Estado, têm até o fim de maio para realizarem compras e concorrerem ao sorteio especial de R\$ 1 milhão, para um só ganhador. Programado para o dia 30 de junho, o sorteio contemplará todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021 com inclusão na nota fiscal do CPF cadastrado na campanha. Para participar, basta fazer o cadastro no [site da campanha](#) e, a partir daí, inserir o CPF na nota fiscal na hora das compras.

De acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, além do prêmio especial, a Nota Premiada Bahia continua realizando os sorteios regulares que contemplam, todo mês, 90 participantes com R\$ 10 mil cada e um com R\$ 100 mil. Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras feitas no mês anterior. Os nomes dos ganhadores são publicados no [site da campanha](#) e nas redes sociais: Instagram (@notapremiadabahia e @sefazbahia), Facebook (@sefaz.govba) e Twitter (@sefazba).

Solidariedade

A Nota Premiada possui atualmente mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas no [site da Nota Premiada](#).

Uma característica importante da campanha é o viés social. No momento do cadastro, os participantes escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse deve acontecer nos próximos dias, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, ressalta que todos ganham com a campanha. “Quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao Sua Nota é um Show de Solidariedade, além de colaborar com a cobrança da emissão das notas fiscais pelos estabelecimentos comerciais”.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/05/2021	
Cita a Sefaz	



Programa FazAtleta abre inscrições para patrocínios em 2021

12 maio 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Entre os dias 13 e 21 de maio, projetos de atletas e equipes esportivas podem ser apresentados ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador do Estado da Bahia (FazAtleta). Os interessados devem enviar, em um único e-mail, cópias digitalizadas individualmente, identificadas e em formato PDF dos formulários preenchidos e assinados e dos demais documentos exigidos na Resolução nº 01/2021 do programa, para o e-mail projetos.fazatleta@setre.ba.gov.br. De acordo com a nova resolução, o programa volta a oferecer verba para a participação em competições, que estavam suspensas por causa da pandemia de Covid-19. Para este ano, o investimento previsto é de R\$ 4,5 milhões.

O secretário executivo do Programa FazAtleta, Rodrigo Souza Faria, explica que o programa é destinado aos atletas amadores olímpicos e paralímpicos, nas modalidades olímpicas reconhecidas e cadastradas no Comitê Olímpico Brasileiro (COB). “Se a modalidade não for olímpica, não for reconhecida e não for cadastrada no COB, o atleta precisa apresentar ranking de nível mundial para ser patrocinado”, informou.

Ainda de acordo com Rodrigo, “o primeiro passo é ler a Resolução 01/2021, que está nos sites do FazAtleta, da Setre e da Sudesb, e montar o projeto de acordo com as diretrizes do programa. Isso é só a primeira janela de inscrição, agora em maio. No mês que vem, a gente abre outra e assim sucessivamente. Todos os meses a gente abre um período de inscrições de projetos”.

A Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb), vinculada à Secretaria do Trabalho e Esporte (Setre), oferece apoio anualmente a cerca de 80 atletas e também a uma média de 13 eventos. “Esses atletas ganham um apoio, um patrocínio, para custear todas as despesas durante todo o ano de treinamento. O mais difícil hoje no esporte de alto rendimento é você custear suas despesas porque é caro, os equipamentos são caros, são caras as viagens para participar dos campeonatos nacionais, internacionais. Então, o FazAtleta possibilita o financiamento desse custo”, destacou Rodrigo.

Atletas feitos

Prestes a fazer 14 anos, Lízia Simões é patrocinada pelo FazAtleta há cerca de três anos e já acumula mais de 300 medalhas, a maioria de campeã. “A natação para mim virou um hobby que eu gosto muito de fazer. É um esporte que eu amo. O que eu mais gostei de ganhar foi o Campeonato Brasileiro de Maratonas. Eu acho que foi uma experiência incrível para mim. Tipo, muito bom mesmo. Eu gosto muito das competições Norte e Nordeste. As internacionais, infelizmente, a pandemia acabou atrapalhando, mas quando voltarem, estamos lá”.

A mãe de Lízia, Vânia Simões, fala da importância do patrocínio. “A gente precisa porque ele cobre plano de saúde, um técnico e dá uma bolsa atleta, que ajuda muito. Eu posso dizer que é um programa completo porque cobre toda a necessidade do atleta, principalmente as viagens, que eu acho que são o item mais caro, hospedagem, alimentação. Isso faz com que não desistam do sonho deles”.

Inscrição

A documentação completa deve ser encaminhada para projetos.fazatleta@setre.ba.gov.br, com o nome do proponente no campo ‘Assunto’. Não serão aceitas propostas submetidas fora do período estabelecido ou incompletas. Mais informações podem ser obtidas de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h30 às 16h, através do telefone (71) 3115-1642.

FazAtleta

Iniciativa do Governo do Estado, por meio das **secretarias da Fazenda (Sefaz)** e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), o programa funciona através da concessão de abatimento no **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, que é concedido às empresas, situadas no estado da Bahia e que apoiam financeiramente projetos esportivos que são aprovados pela Comissão Gerenciadora do Programa.

É destinado para propostas enquadradas na categoria de Esporte Amador Olímpico e Paralímpico. Para 2021, o investimento previsto para o FazAtleta é de R\$ 4,5 milhões. Os recursos podem ser utilizados no financiamento de equipamentos esportivos, remuneração para atleta, técnico e preparador físico, despesas com competição, entre outros elementos.

Repórter: Raul Rodrigues

Ford chega a acordo com sindicato e encerra de vez as atividades em Camaçari



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Fábrica da Ford no Polo Industrial em Camaçari

Após assembleia realizada nesta quarta-feira (12), a Ford chegou a um acordo com os trabalhadores da fábrica localizada em Camaçari e vai encerrar de vez as atividades na cidade da região metropolitana de Salvador.

No acordo selado entre a empresa automobilística e o sindicato, ficou acertado que os funcionários do setor operacional vão receber 2,05 salários nominais por cada ano trabalhado, enquanto os administrativos vão receber um salário nominal por ano.

As duas categorias tem direito a um valor fixo adicional de acordo com as faixas pré-definidas, com uma

indenização mínima garantida de R\$ 130 mil.

Também ficou acordado que a empresa vai arcar com seis meses de plano hospitalar e remuneração adicional para os empregados operacionais que possuem algum tipo de restrição médica.

Além disso, será oferecido aos funcionários que perderam os seus postos de trabalho um programa de qualificação. Uma empresa contratada vai ajudá-los a se realocar no mercado.

Segundo informações do G1, a fábrica possuía cerca de 4 mil funcionários. A empresa não informou quantos deles estão inseridos no acordo.

A montadora anunciou no dia 11 de janeiro de 2021 que iria encerrar a produção de veículos nas fábricas situadas no Brasil.

A decisão motivou diversos protestos, principalmente diante da crise econômica agravada pela pandemia de Covid-19.

Em fevereiro, a Justiça chegou a conceder uma liminar que suspendia a demissão coletiva e o governador **Rui Costa** (PT) se reuniu com representantes de outros países para tentar atrair investimentos para o estado e minimizar o impacto com a saída da Ford.

Com a saída da Ford de Camaçari, que é o maior polo industrial da Bahia, o município pode perder cerca de 10% da sua **arrecadação**.

Com o fechamento da fábrica, a produção industrial da Bahia despencou e registrou em fevereiro a maior queda desde maio de 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

salvador

Ford fecha acordo de R\$ 520 milhões com funcionários da Bahia

Cada trabalhador beneficiado pelo acerto vai receber, no mínimo, R\$ 130 mil

Wendel de Novais*

wendel.novais@redebahia.com.br

12.05.2021, 16:17:00

Atualizado: 12.05.2021, 18:43:00



publicidade

QUER MAIS QUALIDADE DE VIDA?
Imóveis sob medida para sua vida.

Financiamentos de até 90%

acasaqueeuquero.com.br

AEM

publicidade



(D'Ángelo Lins/Foto do Leitor)

Depois de muito imbróglio, discordâncias e até intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT), **que chegou a conseguir a suspensão** do processo de demissão de trabalhadores que atuavam na fábrica da Ford em Camaçari, o impasse chegou ao fim. Montadora e funcionários chegaram a um acordo coletivo que garante indenizações individuais de no mínimo R\$ 130 mil, para cerca de 4 mil funcionários. O valor agradou ao Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, que representou os trabalhadores durante o período de negociação com a Ford, e foi aprovado em votação nesta quarta-feira (12).

A Ford divulgou que o acordo foi votado pela ampla maioria dos trabalhadores. A proposta negociada com a montadora é similar à negociada com empregados da unidade de Taubaté (SP) há pouco mais de um mês.



Acordo vitorioso

Júlio Bonfim, presidente e porta voz do sindicato, informou que foram feitas 33 rodadas de negociação para se chegar à proposta aprovada em assembleia e afirmou que o Plano de Demissão Incentivada (PDI) apreciado pelos trabalhadores e aprovado pela maioria deles representou uma vitória para o grupo, que ganha seguridade social para o período em que vão buscar por novos empregos.

"O acordo foi negociado com muita habilidade pelo sindicato para garantir o melhor acordo rescisório possível e isso foi referendado pelos trabalhadores na assembleia de hoje. Diante do fechamento da montadora, não nos restou outra opção a não ser lutar pelos direitos da categoria. Assim, a exaustiva negociação terminou de forma positiva", diz Júlio.

Procurada, a Ford, por meio de nota, deu mais detalhes dos termos que nortearam o acerto que garante o piso indenizatório de R\$ 130 mil tanto para funcionários operacionais quanto para os administrativos. De acordo com a montadora, cada funcionário operacional vai receber dois salários nominais correspondentes ao que ganharam por cada ano trabalhado, enquanto os administrativos receberão um salário nominal.

Além disso, todos vão embolsar um valor fixo adicional conforme faixas pré-definidas. "O acordo coletivo negociado com o Sindicato dos Metalúrgicos em função do encerramento da produção na unidade de Camaçari foi aprovado pela ampla maioria dos empregados. A proposta aprovada inclui uma compensação financeira adicional às verbas rescisórias", escreveu.

E os benefícios garantidos aos trabalhadores não param por aí. Ainda de acordo com informações da montadora, o acordo fechou também a garantia de plano médico nos próximos seis meses e um programa de qualificação para os funcionários. "Também faz parte do acordo a concessão de seis meses de plano médico por meio do Sindicato e uma remuneração adicional para empregados operacionais com restrição médica ocupacional. Além dos itens previstos no acordo, a Ford já está oferecendo um programa de qualificação dos trabalhadores e também irá oferecer um suporte para recolocação por meio da contratação de uma empresa especializada", explica.

MPT comemora

O MPT, que atuou com o ajuizamento de ação cautelar e obtenção de duas decisões liminares pela Justiça do Trabalho, foi uma das partes ativas para que se chegasse a um acordo. A procuradora do MPT Flávia Vilas Boas de Moura, que acompanha o caso, comemorou a decisão mesmo que esta tenha sido definida de maneira direta, entre Ford e sindicato. “A redação final do acordo ainda não foi encaminhada ao MPT, mas a notícia de encerramento das negociações já é motivo de comemoração, pois representa uma conquista da categoria e da autonomia coletiva do sindicato”, afirma.

A procuradora disse também que o MPT teve que ingressar com ação na Justiça e pôde contar com a sensibilidade do Poder Judiciário, que concedeu liminar garantindo que os trabalhadores não fossem desligados até o término da negociação coletiva.

Fechamento da fábrica

A Ford anunciou em 11 de janeiro que iria encerrar a produção de veículos em suas fábricas no Brasil. Logo depois, houve protestos por parte dos funcionários de várias das unidades, inclusive na de Camaçari, com várias manifestações acontecendo desde então.

Em 5 de fevereiro, a Justiça do Trabalho suspendeu a demissão coletiva dos funcionários da fábrica através de uma liminar. A determinação era que a Ford deveria primeiro concluir o acordo com os funcionários. Com isso, em 23 de fevereiro parte dos funcionários retornaram ao trabalho na fábrica, por prazo de 90 dias, após negociação com o sindicato. Houve um escalonamento para o retorno de mais funcionários até o mês de maio.

**sob supervisão da chefe de reportagem Perla Ribeiro*

Ford fecha acordo de demissão com empregados em Camaçari

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
ivan.martinez@edglobo.com.br
SÃO PAULO

A Ford fechou ontem um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari para demitir seus cerca de 4.500 funcionários nas unidades da montadora na cidade. A proposta da multinacional, que anunciou em janeiro que sairia do país, prevê o pagamento aos traba-

lhadores de ao menos R\$ 130 mil em indenizações complementares às rescisões.

O acordo coletivo segue os moldes do que foi aprovado, em abril, pelos funcionários da Ford em Taubaté (SP). Com isso, a montadora só vai manter, até o terceiro trimestre, uma linha de montagem da marca Troller no Ceará.

A proposta aprovada em Camaçari inclui uma com-

pensação financeira adicional às verbas rescisórias. Cada operário de linha de montagem terá direito a receber 2,05 salários para cada ano trabalhado na Ford, com garantia de indenização mínima de R\$ 130 mil. Já para os funcionários administrativos, o piso de indenização é o mesmo, mas o cálculo é de 1 salário por ano trabalhado.

—O acordo cria condição de

minimizar impactos da saída da empresa da região de Camaçari. Além do valor mínimo de R\$ 130 mil, os trabalhadores receberão um montante fixo de R\$ 30 mil quando o cálculo da indenização ultrapassar esse valor — diz Júlio Bonfim, presidente do sindicato. Segundo ele, o acordo foi aprovado por unanimidade.

Neste caso, um funcionário que tenha 20 anos de em-

presa e salário de R\$ 5 mil, teria direito a receber R\$ 205 mil. A este valor seria acrescido um bônus de R\$ 30 mil. No total, receberia pelo acordo R\$ 235 mil de compensação financeira.

ATÉ INÍCIO DE JULHO

Além disso, os trabalhadores e seus familiares terão cobertura de plano de saúde sem carência por mais seis

meses, a partir da data de suas demissões.

As unidades de Camaçari, que produzia os modelos Ka e Ecosport, e Taubaté, que fazia motores, atualmente só estão fabricando autopeças para reposição. Segundo Bonfim, a previsão é que o encerramento definitivo da produção seja feito até o início de julho.

Em nota, a Ford afirma que oferece “um programa de qualificação dos trabalhadores e (...) um suporte para recolocação por meio da contratação de empresa especializada”.

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Indústria pede ampla reforma tributária

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) e associações similares de outros estados, representadas pela confederação nacional, lançaram manifesto reivindicando uma ampla reforma tributária, abrangendo impostos federais, estaduais e municipais.

O objetivo, segundo os dirigentes do setor industrial, seria sinalizar, com as mudanças, a busca de soluções para o país avançar no processo de recuperação da economia, mesmo com as adversidades geradas pelos efeitos da pandemia.

A tarja de urgente é um dos destaques da proposta, visando ao crescimento econômico e geração de empregos, por meio da adoção de novo sistema, embutido nas propostas de emendas à Constituição, ora em debate no Congresso.

– A avaliação da reforma tributária deve ser feita com base nos ganhos a serem obtidos pelo país como um todo, sem se limitar a uma visão parcial dos efeitos sobre determinados setores ou entes da federação – afirmam os industriais no manifesto.

ARGUMENTAÇÃO – O documento baseia sua argumentação em estudos de profissionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da LCA Consultores e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Caso as novas diretrizes sejam aprovadas, segundo pesquisadores destas instituições, a pressão dos tributos será proporcional à renda, uma inédita medida na história do Brasil, com efeito na redução das desigualdades sociais.

A reforma tributária ampla resultaria na criação de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), de alcance nacional, em substituição ao ICMS, ISS, IPI e PIS/Cofins, alcançando todas as instâncias da federação.

“A fala do presidente é uma, a minha campanha é outra (...) Eu vou dizer ao senhor: ‘Tem impacto [as falas negacionistas de Bolsonaro]?’ , tem impacto. A gente faz campanha para contrapor”

FABIO WAJNGARTEN, ex-secretário de Comunicação da Presidência da República, em depoimento à CPI da Covid



Uendel Galter / Ag. A TARDE

PROTEÇÃO | *O brasileiro nunca foi um povo cético. Onde foi que nos perdemos tanto para questionar até mesmo a importância de se proteger? Se nos protegemos até da chuva, por que a proteção contra a Covid-19 é alvo de desconfiança?*

As águas vão rolar (1)

José Carlos Poroca

Executivo do segmento shopping centers
jporoca@uol.com.br

Ontem dia comentei neste espaço acerca da tributação sobre livros que a SRF (também conhecida como Leão) deseja implantar. Fui mal interpretado, talvez pelo título (“Livro não é para pobre”). Contestei e contesto as justificadas para a retirada da isenção (“pobre não lê livro” e “quem compra livros são os que ganham acima de 10 SM” – os da classe A). Todas as pessoas devem ter acesso a livros, didáticos ou não, já que é um dos melhores meios, senão o melhor, de transmissão de conhecimento e educação. E já vou logo adiantando que internet apenas informa, não educa; traz a informação, mas

não produz conhecimento.

A internet veio para dar mais velocidade às informações e é só o começo do que vem a seguir, em termos de aplicação da tecnologia para facilitar a vida dos humanos. É meio caminho andado para o teletransporte (virtual), para trabalhos de pesquisa sem mergulho no pó e nos fungos, para comunicação (já é e vai aumentar), para o comércio mundial (com limitações, dentro das caracteris-

A internet veio para dar mais velocidade às informações e é só o começo do que vem a seguir

TCU aprova venda da RLAM

O Tribunal de Contas da União (TCU) julgou improcedente ontem a denúncia de que a Petrobras teria vendido a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde, e seus ativos, por preços abaixo do valor de mercado. Havia expectativa de que a negociação fosse barrada após o ministro do corte Walton Rodrigues solicitar uma análise técnica sobre a transação. O valor da venda, fechado em US\$ 1,65 bilhão, foi alvo de críticas de entidades sindicais e apontado como abaixo do esperado por instituições financeiras. Para ser concretizada, a venda ainda precisa de aval do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A Federação Única dos Petroleiros (FUP), em nota, afirmou que vai reforçar ações judiciais contra a negociação e venda da refinaria.

Saúde mental em debate

Será lançado no dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, o documentário “Visitas de Helisleide Bomfim”, abordando temas como saúde mental, depressão, autismo e arte como suporte de cura. O filme será exibido no canal Território Sirius no YouTube (youtube.com/territoriosirius). A produção do filme fará lives nos dias 17 e 24 de maio, às 17h, com diálogos entre convidadas, sobre as questões tratadas no documentário, no perfil da produtora (@siriusterritorio) no Instagram.

Fomento a empreendedores

Convênios e acordos recentemente firmados entre Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio) e o Sebrae, representando montante superior a R\$ 3 milhões, visam estimular o empreendedorismo e os pequenos negócios do setor terciário na Bahia.

– Agora, precisamos dar velocidade para levar as soluções que os nossos empresários necessitam nesse momento – defende o presidente da Fecomércio, Carlos de Souza Andrade.

Andrade destacou ainda a importância do trabalho desenvolvido junto ao Sebrae, apresentado na solenidade de assinatura dos convênios pelo superintendente Jorge Khoury.

Ao celebrar o acordo, Khoury destacou o fato de a maioria dos pequenos negócios integrar o setor de comércio e serviços, ressaltando ainda, em raciocínio próximo ao de Carlos Andrade, a necessidade de desenvolver soluções objetivas para atender a demanda dos empreendedores.

– A pandemia nos obrigou a uma série de ações, mas, mesmo antes, já éramos exigidos a termos um olhar mais à frente – disse o superintendente do Sebrae.

DA REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

☹ Triste retrato

Muito interessante a entrevista com a professora Claudia Costin (B1, 10/5). Além do CV impressionante, que visão sadia da responsabilidade dos educandos! Resta o deprimente retrato do Brasil de hoje onde tanto se destrói e tão pouco se constrói. Além da já comprovada incompetência do Ministério da Saúde (a caminho de meio milhão de mortos), temos que constatar que a próxima geração está já sendo sacrificada. CPI no MEC, sem demora! **DIMITRI GANZLEVITCH, DIMITRI. SANTOANTONIO@GMAIL.COM**

☹ Missão cumprida

Algumas vezes utilizei esta coluna com alguns artigos versados sobre a pandemia da Covid-19. Agora um sentimento diferenciado se pronunciou, apesar da perda, um bálsamo para esse momento tão traumático: a caça às bruxas por ações errôneas ou descaso em barrar a pandemia, a responsabilidade pelas mais de 426 mil vidas perdidas, mortes por falta de oxigênio, aglomerações provocadas, o desuso de máscaras e inconcebível desvio de verbas destinadas a equipamentos. Surpreendido por um fato triste dentro desse contexto, a morte de um artista, dentre outros que nos deixaram, o cidadão Paulo Gustavo (42) vitimado pela Covid em 4/5. A comoção se fez presente não somente entre os amigos,

porém também de forma invulgar àqueles que vieram conhecê-lo após deixar esse mundo, trágico ainda jovem e em plena ascensão profissional. Pesar que abalou o país, mas fez a população refletir no momento doloroso que estamos vivendo; esse homem traduzia o bem, radiante de esperança e um grande ideal; exibia um semblante abençoado com um sorriso franco a gargalhar, como um ato que trazia felicidade a todos os presentes ou ausentes no seu palco. Paulo Gustavo era carismático, inteligente, misericordioso anônimo às necessidades alheias; um predestinado que se afigurou àquele que precisamos, irmanados, viver esse momento ca-

A CPI da Covid-19 não está preocupada com a sua vida ou com a vida dos brasileiros, muito menos com o rumo da crise sanitária em nosso país. (...) O objetivo é desestabilizar o governo

ticas de cada produto) etc. Também é/será plataforma auxiliar para que próximas invenções saiam do papel e passem para o cotidiano, como é o caso do avião que voa a 1.700 km/hora, o dobro da velocidade dos jatos de hoje. Pena que esses acessos fiquem limitados, mas isso já é outra história.

Foi graças à priminha internet que vi “Another Round”, filme dinamarquês de Thomas Vinterberg, que no original recebeu o título de “Druk”, que, smj, significa bebedeira. A história se passa num colégio e não precisa nem dizer que um educandário dinamarquês merece um 10 com louvor. O meu entendimento é que a obra não incentiva o uso do álcool; pelo contrário, mostra os efeitos danosos que pode provocar nas pessoas, inclusive naquelas que têm conhecimento mais elevado (absorvidos através dos livros) e que, em tese, teriam que saber os riscos da

ingestão em excesso. A experiência tem como base uma suposta teoria atribuída ao filósofo e psiquiatra norueguês Finn Skårderud, que teria afirmado que o homem nasce com um déficit de 0,5 g de álcool no sangue. Após o filme, o autor desmentiu a tese supostamente criada por ele.

Sou daqueles contra os excessos, em quase tudo. O seu significado já diz: tudo que excede os limites comuns e ordinários, que excede as normas; que ultrapassa uma escala preestabelecida de normalidade, de legalidade. Em síntese, ainda fazendo referência ao tema do filme: vamos beber, sem excessos.

(1) “AS ÁGUAS VÃO ROLAR, GARRAFA CHEIA...” – TRECHO DA MÚSICA DE CARNAVAL SACA-ROLHA, DE 1954, DE AUTORIA DE ZÉ DE ZILDA, ZILDA DO ZÉ E WALDIR MACHADO – QUE TRAZ INCENTIVO, AINDA QUE INDIRETO, AO CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA.

rente de amor. Em pouco tempo, no momento certo, deu o seu recado; cumpriu sua missão. Que não o esqueçamos! **THELMO GAVAZZA, TGAVAZZA@YAHOO.COM. BR**

☹ CPI sem sentido

A CPI da Covid-19 não está preocupada com a sua vida ou com a vida dos brasileiros, muito menos com o rumo da crise sanitária em nosso país. Quem acompanha pela televisão aos debates percebe que o objetivo central é desestabilizar o governo Bolsonaro, lançando inquietações e dúvidas sobre a forma de condução e encaminamento das soluções. Se vista pelos personagens suspeitos que ocupam o seu comando, mais razões temos para desconfiar dos seus verdadeiros propósitos e muito mais razões temos para apoiar incondicionalmente a forma pela qual o governo federal está conduzindo a desconfortável crise sanitária. Se adaptarmos para os dias atuais uma célebre frase de Octávio Mangabeira, então governador da Bahia, podemos dizer: “Pense num absurdo, no Brasil há precedentes”. Se assim for, então como explicar às autoridades mundiais que aqui no Brasil a CPI da pandemia, instalada com viés político para, pasmem, apurar a conduta inequívoca do presidente Bolsonaro tem, na condução dos trabalhos investigativos, o senador Renan Calheiros, que responde a 17 inquéritos

no STF, bem como o político Omar Aziz, ex-governador do Amazonas, que foi processado, acreditem, por desvio de verbas da Saúde em seu estado natal? Além do auxílio emergencial proporcionado ao povo e do providencial apoio financeiro dado ao empresariado e municípios brasileiros, temos ainda o privilégio de ver o Brasil ocupar o G4, o grupo dos países que mais vacinaram em todo o planeta. Portanto, a CPI da Covid-19 vai rodar o mundo inteiro para concluir que o governo Bolsonaro está no caminho certo, ainda que a trajetória seja espinhosa. **MOACYR RODRIGUES NOGUEIRA, MOACA14@HOTMAIL.COM**

☹ Metáforas no futebol

Em edições passadas, alguns leitores lembraram das transmissões esportivas radiofônicas do futebol. Lembrei também das regatas do porto dos Tainheiros, bem como as lutas de boxe do nosso grande Waldemar Santana. Divertido era assistir com a minha avó. Quanto o narrador usava metáforas como, “soltou a bomba pra dentro do gol”, “balançou a roseira”, “aplicou um martelo”. Ela indagava “oxente! Como é que solta bomba dentro do gol? Tem jardim dentro do campo? Que absurdo! Estão lutando com martelo?”. E não se conformava com as nossas explicações. **BENEDITO FERNANDES DE OLIVEIRA, BFO1947@HOTMAIL.COM**

Proposta unifica vários tributos no Imposto sobre Bens e Serviços

DATAFOLHA

AMEAÇAS À PREFEITA

Relator da reforma tributária apresenta seu parecer final

Leopoldo Silva / Agência Senado

DA REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL

O relator da proposta da reforma tributária na Comissão Mista do Congresso Nacional, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou ontem o parecer final. O parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 tem como foco a substituição de tributos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), será agora encaminhado para o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O relatório foi lido na semana passada, quando foi aberto pelo presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), pediu vista coletiva e abriu prazo para os deputados e senadores sugerirem mudanças.

A apresentação do parecer ocorre uma semana após a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir o colegiado.

“Esse é um conteúdo que será colocado à disposição do Congresso Nacional. Não há previsão legal para examinar PEC em comissão mista. Essa é uma comissão que tem mais um caráter de natureza política”, disse Rocha durante a reunião para a apresentação do relatório.

Ao extinguir a comissão, o presidente da Câmara argumentou que houve estouro de prazo. Segundo ele, os trabalhos da comissão expiraram há um ano e meio e o encerramento evitaria contesta-



Mesa da Comissão Mista da Reforma Tributária apresenta o parecer final

“Espero que esse movimento que Arthur Lira fez [de extinguir a comissão] seja no sentido de avançar em uma reforma ampla”

AGUINALDO RIBEIRO, deputado

ções judiciais no futuro.

A decisão de Lira foi tomada num momento de divergência entre o governo e a comissão mista. A equipe econômica queria uma proposta de reforma tributária fatiada, em que temas específicos fossem votados à medida em que houvesse acordo.

O fatiamento da reforma também era defendido por Lira, com o argumento de iria facilitar a tramitação da proposta. A proposta defendida por Ribeiro que estabeleceu a unificação dos cinco tributos é defendida pelos governos estaduais.

O deputado disse que as sugestões recebidas dos parlamentares devem ser debatidas na próxima fase de tramitação da reforma, em “instância regimental apropriada”.

Ao fazer a leitura do texto, Ribeiro citou Arthur Lira e disse esperar uma reforma ampla. “Espero que esse movimento que o presidente Arthur Lira fez seja no sentido de avançar em uma reforma ampla, trazendo para o plenário da Câmara dos Deputados esse debate, que é fundamental ao país”, disse o parlamentar.

Lula lidera com 41% contra 23% de Bolsonaro no 1º turno

Cachoeira: Alba pede agilidade às forças de segurança

DA REDAÇÃO

DA REDAÇÃO

Pesquisa Datafolha divulgada ontem pela Folha de S. Paulo traz o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em uma liderança confortável nas intenções de voto para as eleições presidenciais de 2022. De acordo com a pesquisa, Lula tem 41% das intenções de voto no primeiro turno, contra 23% de Bolsonaro.

Depois, aparecem emboaldos o ex-ministro da Justiça Sergio Moro (sem partido), com 7%, o ex-ministro da Integração Ciro Gomes (PDT), com 6%, o apresentador Luciano Huck (sem partido), com 4%, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que obtém 3%, e, empatados com 2%, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM) e o empresário João Amoêdo (Novo).

Somados, os adversários de Lula chegam a 47%, apenas seis pontos percentuais a mais do que o petista, aponta o levantamento. Outros 9% disseram que pretendem votar em branco, nulo, ou em nenhum candidato, e 4% se disseram indecisos.

Num eventual segundo turno contra Bolsonaro, Lula levaria ampla vantagem, com uma margem de 55% a 32%. Ele receberia a maioria dos votos dados a Doria, Ciro e Huck, enquanto o presidente herdaria a maior fatia dos que optam por Moro, seu ex-ministro da Justiça.

O levantamento foi realizado com 2.071 pessoas, de forma presencial, em 146 municípios, nos dias 11 e 12 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Membros da Comissão da Mulher da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) apresentaram uma Moção de Pesar pelo falecimento da sobrinha da prefeita de Cachoeira, Eliana Gonzaga (Republicanos). A moção foi publicada ontem no Diário Oficial do Legislativo, e pede agilidade às forças de segurança na apuração do crime.

Elisângela da Silva de Jesus foi morta a tiros na madrugada do último dia 4 de abril, no município de Conceição da Feira – 100 km distante de Salvador. O corpo dela e do seu companheiro, Manoel Nascimento de Santana, foram encontrados dentro de uma residência. A Polícia Civil aponta a ação de uma facção rival do grupo criminoso que o enteado de Elisângela estaria envolvido.

“Estes crimes certamente inquietam a todos, aprofundam ainda mais a situação de insegurança e as preocupações, especialmente pelo modus operandi adotado pelos criminosos. Infelizmente, estamos vivenciando tempos de muita violência no nosso estado e no nosso país”, diz a moção, assinada pelos membros da Comissão da Mulher, que é presidida pela deputada Olívia Santana (PCdoB).

Os parlamentares solicitaram ainda às autoridades “que coloquem todos esforços também na solução deste crime e não reduzam a vigilância em torno da alcaide, que segue certamente tendo por sua própria vida”.

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS NO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O SINDNUT BAHIA - Sindicato dos Nutricionistas no Estado da Bahia, CNPJ 10.861.192/0001-84, com âmbito de Representação no Estado da Bahia, com sede e foro em Salvador, situado na Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1564, Sítio Center, loja 107, Costa Azul, Salvador - Bahia, CEP 41760 000, convoca todos os integrantes da categoria profissional que atuam em Clínicas (por CNPJ ou contratação) e Hospitais Privados, Industriais e Hospitais Filantrópicos, Empresas Terceirizadas, Restaurantes e Coletividades (industriais, prisionais e Hospitalares), Fundação Estatal e demais Estabelecimentos de Saúde em Geral da capital e no interior, bem como todos (as) nutricionistas que trabalham para entes estatais, com Municípios da Bahia e Estado da Bahia para reunirem-se em regime de ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de acordo com os arts. 513, 543 a 610 da CLT e art. 8º, caput I e IV da Constituição Federal, a ser realizada no dia 18/05/2021, às 19h:00 em primeira convocação com quórum qualificado, e as 20h, em segunda convocação com quórum simples dos presentes, conforme art. 16 do Estatuto do Sindicato de Nutricionista no Estado da Bahia, na modalidade virtual (link será disponibilizado) para discutir e aprovar a seguinte ordem do dia: I - Atualização das tabelas de honorários 2020 - 2021. II - Outros assuntos relacionados à categoria. Salvador, BA, 12 de maio de 2021. Celenilda Maria Acirole Gonçalves-CRNS/0697- Presidente do SINDNUT BAHIA

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2021 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO / COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO.
Abertura: 26/05/2021 às 14:00h (horário de Brasília) - Objeto: Registro de Preços de Mobiliário para Posters e Pontos da Rede SAC da Capital e Região Metropolitana - BB: 871592 - Família: 71.10 e 65.30. Site: www.licitacoes-e.com.br. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: ccl.saeb@saeb.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-3130 Fax: (71) 3115-3128 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira das 08h30 às 12h00 - 13h30 às 18h00 no endereço: 2ª Avenida, nº 200, Secretaria da Administração/SAEB, Coordenação Central de Licitação, Sala 101. Centro Administrativo da Bahia - Salvador/Bahia - 12/05/2021. Daniela Calmon Dantas Fontes Torres - Pregoeiro(a) Oficial.

SAEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAICURU
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. O Pregoeiro do Município de Itapicuru/BA torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2021. Tipo/Critério de Julgamento: Menor Preço, valor global por lote. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos e material penso-hospitalar, para atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itapicuru/BA. O início do acolhimento das propostas será a partir das 13h00min do dia 13/05/2021, e o limite as 13h00min do dia 25/05/2021 (Horário de Brasília). A abertura das propostas será às 13h00min do dia 25/05/2021 (Horário de Brasília). O Início da sessão pública será às 14h00min do dia 25/05/2021 (Horário de Brasília). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decreto nº 10.024/19. O Edital estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br ou no setor de Licitações da Prefeitura. Informações através do e-mail: itapicuru@licitacoes2021@gmail.com. Prefeitura Municipal de Itapicuru, 12 de maio de 2021 - Anselmo Catarino Andrade Souza - Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO AMPARO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2021-FMS Objeto: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de obras na construção de uma Unidade Básica de Saúde - UBS porte 1 (equipe de saúde da família), conforme proposta nº 11358.8530001-20-001/SISMOB, conforme projeto básico e especificações apresentada, convertido em anexos do edital. Data: 31/05/2021 às 09h00min: informações no DOM https://www.ribeiradamparo.ba.gov.br/site/editais e na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Ribeira do Amparo Tel: 75-3439-2166 Jefferson Rodrigues de Macedo. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021-SRP O PREGOEIRO/PRESIDENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA realizará licitação em 26/05/2021 às 08h:30min PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021-SRP Objeto: contratação para fornecimento futuro e eventual de materiais de expediente, destinados a atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Santa Teresinha, conforme informações constantes deste Edital e seus anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.santateresinha.ba.gov.br. Informações podem ser obtidas pelo e-mail santateresinhahc@tce.ba.gov.br ou pelo Tel. 075 3639-2132. Santa Teresinha-Ba, 11 de maio de 2021. João Bastos da Silva Junior - Pregoeiro/Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA
CNPJ Nº 13.912.084/0001-81
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021 - Para Registro de Preço - O Município de Coribe - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, fará realizar pregão para o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de locação de tendas, gradil, placas de fechamento e sanitários químicos, destinado ao Município de Coribe, abertura no dia 25/05/2021 às 08h00min. O edital completo encontra-se na sede desta Prefeitura, sito à Rua Bandeirantes, 285, Centro. Informações: (77) 3480.2130, demais atos www.coribe.ba.gov.br. Coribe - Bahia, 12 de maio de 2021. Gesandro Soares de Coribe - Pregoeiro

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Sindicato dos Professores no Estado da Bahia - SINPRO-BA, por seu Coordenador Geral, no uso de suas atribuições, CONVOCA EXCLUSIVAMENTE OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE ESTEJAM ATUANDO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, associados ou não, para a participação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 17 de maio de 2021, com Primeira Convocação às 17h, com 50% dos interessados, ou Segunda Convocação, às 17h30min, com qualquer quórum, a ocorrer de forma virtual, pela plataforma Zoom Cloud Meetings, através de link a ser disponibilizado no Instagram (@sinprobahia) e no site da Entidade (www.sinpro-ba.org.br), às 15h do dia de sua realização, com abertura da sala virtual prevista para as 16h45min, para informar, discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Avaliar a situação relativa ao não retorno das atividades letivas presenciais ou presenciais nas escolas; 2. Referendar e manter as decisões da assembleia realizada em 11 de maio de 2021; 3. Deliberar sobre desfiliação de greves pela categoria docente; 4. O que ocorrer. Por este Edital, o SINPRO-BA informa que os professores participantes receberão instruções, no ato da assembleia, a partir da sua mesa diretora, sobre as regras da assembleia e como fazerem a sua identificação na plataforma, assim como sobre a forma de registro de presença, com disponibilização obrigatória, de nome completo, CPF, telefone de contato e escola(s) em que leciona, tal como nas assembleias presenciais, para efeito dos registros e formalidades necessárias. Também por este Edital, o SINPRO-BA informa que a forma de votação dos temas será apresentada pela mesa diretora da assembleia durante o curso do processo. Salvador-Ba, 13 de maio de 2021. Allysson Mustafa - Coordenador Geral do SINPRO-BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAICURU
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021. O Pregoeiro do Município de Itapicuru/BA torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2021. Tipo/Critério de Julgamento: Menor Preço, valor global por lote. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos e material penso-hospitalar, para atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itapicuru/BA. O início do acolhimento das propostas será a partir das 13h00min do dia 13/05/2021, e o limite as 13h00min do dia 25/05/2021 (Horário de Brasília). A abertura das propostas será às 13h00min do dia 25/05/2021 (Horário de Brasília). O Início da sessão pública será às 14h00min do dia 25/05/2021 (Horário de Brasília). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decreto nº 10.024/19. O Edital estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br ou no setor de Licitações da Prefeitura. Informações através do e-mail: itapicuru@licitacoes2021@gmail.com. Prefeitura Municipal de Itapicuru, 12 de maio de 2021 - Anselmo Catarino Andrade Souza - Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO AMPARO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2021-FMS Objeto: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de obras na construção de uma Unidade Básica de Saúde - UBS porte 1 (equipe de saúde da família), conforme proposta nº 11358.8530001-20-001/SISMOB, conforme projeto básico e especificações apresentada, convertido em anexos do edital. Data: 31/05/2021 às 09h00min: informações no DOM https://www.ribeiradamparo.ba.gov.br/site/editais e na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Ribeira do Amparo Tel: 75-3439-2166 Jefferson Rodrigues de Macedo. Presidente da CPL.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 27 de maio de 2021, às 08h55min. 2º LEILÃO: 07 de junho de 2021, às 13h30min. (horário de Brasília)
ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, vim ou dele conhecimento, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular, datado em 31/05/2017, firmado com os Fiduciários Ricardo Souza Dos Santos, RG nº 054290960-SSP/BA e CPF nº 921.997.635-87, casado com Francine Marques Dos Santos, RG nº 066510962-SSP/BA, CPF nº 942.332.175-53, residentes e domiciliados em Lauro de Freitas/BA, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 243.000,00 (Duzentos e quarenta e três mil reais - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por Casa de nº 14 - Tipo E, do Condomínio Portão do Atlântico, situado na Avenida Luiz Tarquinio, nº 2862, no município de Lauro de Freitas/BA, composta de: Dois Pavimentos, com área privativa de 86,87m² e uma fração ideal equivalente a 191,55m² do terreno respectivo onde está edificado todo empreendimento na área torera e prefeitura municipal de Lauro de Freitas, melhor descrito na matrícula nº 8.710 do Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas de Lauro de Freitas/BA. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 412880233014. Imóvel ocupado, vendida em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 178.653,38 (Cento e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.sold.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTA EDITAL NO SITE: www.sold.com.br. Informações pelo tel. 11-3296-7555 (17003 - Dossê).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021 - A Prefeitura Municipal de Cachoeira - Bahia, torna público, para conhecimento dos interessados, que houve alteração o Edital em seu Termo de Referência, devido ao acatamento em parte de impugnação. Objeto: REGISTRO DE PREÇO FUTURO E EVENTUAL LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA BAHIA. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços. Fica alterada a data de realização do certame que passa a ser no dia 27 de maio de 2021, às 10:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bl.org.br. Informamos que o Edital encontra-se disponível, assim como todas as publicações pertinentes, nos sites www.bl.org.br e http://www.cachoeira.ba.io.org.br/diariooficial. Informações através do telefone - (75) 3425-1390. Jaciene de Souza Almeida - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOCCAS DO BREJO VELHO - BA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021 - REPUBLICAÇÃO - O Município de Taboças do Brejo Velho - Bahia torna pública, que realizará "Pregão Presencial Nº 006/2021", no dia 25/05/2021, às 08h:30min, horário local, Licitação do tipo Menor Preço objetivando a Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de Gás Oxigênio Medicinal visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde deste Município de Taboças do Brejo Velho, estado da Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência deste Edital de Pregão Presencial nº 006/2021 e seus anexos. As demais informações contidas no Edital, disponível na CPL, na sede do Poder Executivo, das 08:00h às 12:00h. Formalização De Consultas/Encaminhamentos: O Edital na íntegra estará disponível no Site do Município https://taboocasdobrejoelho.ba.gov.br/ ou através de solicitação via e-mail oficial licitacao@taboocasdobrejoelho.ba.gov.br. Taboças do Brejo Velho - Bahia, 11 de maio de 2021. Luis Eduardo Oliveira dos Reis - Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOCCAS DO BREJO VELHO - BA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021 - REPUBLICAÇÃO - O Município de Taboças do Brejo Velho - Bahia torna pública, que realizará "Pregão Eletrônico Nº 006/2021", no dia 25/05/2021, às 10:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bl.org.br. Informamos que o Edital encontra-se disponível, assim como todas as publicações pertinentes, nos sites www.bl.org.br e http://www.cachoeira.ba.io.org.br/diariooficial. Informações através do telefone - (75) 3425-1390. Jaciene de Souza Almeida - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOCCAS DO BREJO VELHO - BA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021 - REPUBLICAÇÃO - O Município de Taboças do Brejo Velho - Bahia torna pública, que realizará "Pregão Eletrônico Nº 006/2021", no dia 25/05/2021, às 10:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bl.org.br. Informamos que o Edital encontra-se disponível, assim como todas as publicações pertinentes, nos sites www.bl.org.br e http://www.cachoeira.ba.io.org.br/diariooficial. Informações através do telefone - (75) 3425-1390. Jaciene de Souza Almeida - Pregoeiro Oficial.

EDITAL DE ELEIÇÃO SINDICAL
Sindicato dos Trab. da Ind. de Pesc. Fab. Cons. do Pescado no estado a Bahia, CNPJ: 40.594.319/00001-07, sediado na Rua Cidade de Aracaju, 171, CEP: 45400-000, Novo Horizonte, Valença BA, Através da Comissão Eleitoral, nas normas das leis estatutárias em vigor, em especial ao artigo 64 aos 125, vem comunicar Eleição sindical para o período de junho de 2021 a junho 2024, que ocorrerá nos dias 22 a 24 de junho de 2021, com o também declara ABERTO O PROCESSO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL de 14 a 31 de maio e de 01 a 07 de junho de 2021, não incluindo sábados, domingos e feriados, das 08:00h às 12:00h e das 14h às 18:00h, na sede do sindicato, fixando prazo de impugnação das chapas de 15 a 17 de junho de 2021. Valença BA, 13 de maio de 2021. Silvana Andrade da Silva. Comissão Eleitoral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021-SRP O PREGOEIRO/PRESIDENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA realizará licitação em 26/05/2021 às 08h:30min PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021-SRP Objeto: contratação para fornecimento futuro e eventual de materiais de expediente, destinados a atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Santa Teresinha, conforme informações constantes deste Edital e seus anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.santateresinha.ba.gov.br. Informações podem ser obtidas pelo e-mail santateresinhahc@tce.ba.gov.br ou pelo Tel. 075 3639-2132. Santa Teresinha-Ba, 11 de maio de 2021. João Bastos da Silva Junior - Pregoeiro/Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA
CNPJ Nº 13.912.084/0001-81
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021 - Para Registro de Preço - O Município de Coribe - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, fará realizar pregão para o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de locação de tendas, gradil, placas de fechamento e sanitários químicos, destinado ao Município de Coribe, abertura no dia 25/05/2021 às 08h00min. O edital completo encontra-se na sede desta Prefeitura, sito à Rua Bandeirantes, 285, Centro. Informações: (77) 3480.2130, demais atos www.coribe.ba.gov.br. Coribe - Bahia, 12 de maio de 2021. Gesandro Soares de Coribe - Pregoeiro

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Sindicato dos Professores no Estado da Bahia - SINPRO-BA, por seu Coordenador Geral, no uso de suas atribuições, CONVOCA EXCLUSIVAMENTE OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE ESTEJAM ATUANDO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, associados ou não, para a participação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 17 de maio de 2021, com Primeira Convocação às 17h, com 50% dos interessados, ou Segunda Convocação, às 17h30min, com qualquer quórum, a ocorrer de forma virtual, pela plataforma Zoom Cloud Meetings, através de link a ser disponibilizado no Instagram (@sinprobahia) e no site da Entidade (www.sinpro-ba.org.br), às 15h do dia de sua realização, com abertura da sala virtual prevista para as 16h45min, para informar, discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Avaliar a situação relativa ao não retorno das atividades letivas presenciais ou presenciais nas escolas; 2. Referendar e manter as decisões da assembleia realizada em 11 de maio de 2021; 3. Deliberar sobre desfiliação de greves pela categoria docente; 4. O que ocorrer. Por este Edital, o SINPRO-BA informa que os professores participantes receberão instruções, no ato da assembleia, a partir da sua mesa diretora, sobre as regras da assembleia e como fazerem a sua identificação na plataforma, assim como sobre a forma de registro de presença, com disponibilização obrigatória, de nome completo, CPF, telefone de contato e escola(s) em que leciona, tal como nas assembleias presenciais, para efeito dos registros e formalidades necessárias. Também por este Edital, o SINPRO-BA informa que a forma de votação dos temas será apresentada pela mesa diretora da assembleia durante o curso do processo. Salvador-Ba, 13 de maio de 2021. Allysson Mustafa - Coordenador Geral do SINPRO-BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
CNPJ Nº 14.235.907/0001-44
AVISO REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021
O PREGOEIRO OFICIAL DA PM DE CAIRU COMUNICA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO OU SIMPLES ACOMPANHAMENTO DA MESMA, O INTERESSADO DEVERÁ ACESSAR, NA INTERNET, A PÁGINA WWW.LICITACOES-E.COM.BR. AS PROPOSTAS COMERCIAIS SERÃO RECEBIDAS A PARTIR DAS 08H:00M DO DIA 21/05/2021 ATÉ ÀS 11H:00M DO DIA 25/05/2021. POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, A SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA SERÁ ABERTA ÀS 11H:15M (HORÁRIO DE BRASÍLIA) DO DIA 25 DE MAIO DE 2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE TABLET COM OS ACESSÓRIOS (PELICULA E CAPA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, POSSIBILITANDO A REALIZAÇÃO DAS AULAS REMOTAS POR MEIO DIGITAIS, COM A QUALIDADE DE AULAS PRESENCIAIS EM TEMPO REAL E SINCRONIZADAS POR MEIO DO USO DA TECNOLOGIA DO SISTEMA DE ENSINO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, BEM COMO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAIRU - BAHIA. TELEFONE: (75) 3653-2151, RAMAL: 214. EDITAL E DIVULGAÇÃO DOS DEMAIS ATOS - DIÁRIO OFICIAL-SITE: WWW.CAIRU.BA.GOV.BR E WWW.LICITACOES-E.COM.BR. CAIRU - BAHIA, 12 DE MAIO DE 2021. CARLOS BENEDITO GUIMARÃES DA SILVA, PREGOEIRO OFICIAL - DECRETO Nº 503, DATADO DE 02 DE MARÇO DE 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITORORÓ
CNPJ Nº 13.752.993/0001-08
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2021
A Prefeitura Municipal de Itororó torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 035/2021, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de refeições no distrito de Itati a fim de atender os prestadores de serviços do Município de Itororó. A entrega e abertura das propostas serão no dia 25 de maio de 2021, às 09:00h (nove horas) horas, na sede da Prefeitura Municipal situada à Rua Duque de Caxias, 165, Centro, Itororó-BA. Edital estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, das 7:00 às 13:00 horas, informações gerais através do site www.itororo.ba.io.org.br ou pelo tel. (73) 3265-1910. Itororó-Bahia, 12 de maio de 2021. Vanessa Lapa da Silva - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITORORÓ
CNPJ Nº 13.752.993/0001-08
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2021
A Prefeitura Municipal de Itororó-Bahia, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 036/2021, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem dos veículos a serviço da Prefeitura Municipal de Itororó. A entrega e abertura das propostas serão no dia 26 de maio de 2021, às 09:00h (nove horas), na sede da Prefeitura Municipal situada à Rua Duque de Caxias, 165, Centro, Itororó-BA. O Edital estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, das 7:00 às 13:00 horas. Informações gerais através do site www.itororo.ba.io.org.br ou pelo tel. (73) 3265-1910. Itororó-Bahia, 12 de maio de 2021. Vanessa Lapa da Silva - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITORORÓ
CNPJ Nº 13.752.993/0001-08
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2021
A Prefeitura Municipal de Itororó-Bahia, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 037/2021, objetivando a contratação de empresa para serviços de veiculação de áudio em carro de som para divulgação de comunicados, atos oficiais, avisos e convocações do Município. A entrega e abertura das propostas serão no dia 26 de maio de 2021, às 11:00h (onze horas), na sede da Prefeitura Municipal situada à Rua Duque de Caxias, 165, Centro, Itororó-BA. O Edital estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, das 7:00 às 13:00 horas. Informações gerais através do site www.itororo.ba.io.org.br ou pelo tel. (73) 3265-1910. Itororó-Bahia, 12 de maio de 2021. Vanessa Lapa da Silva - Pregoeira

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

PESQUISA Sete em 10 empreendedores fizeram vendas online na pandemia


www.atarde.com.br/economia

Armando Avena



**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

Alta nos juros: o remédio não pode matar o doente

Após seis anos de quedas consecutivas, o Copom – Comitê de Política Monetária restabeleceu a tendência de alta na taxa básica de juros, elevando-a para 3,75% ao ano e já definindo um novo aumento de 0,75% na próxima reunião. Foi um remédio amargo cujo objetivo é controlar a inflação que, anualizada, vai ficar em torno de 8% este mês de maio. O Banco Central agiu corretamente, mas não pode esquecer que o remédio precisa ser usado com moderação, pois tem efeitos colaterais. O aumento da taxa Selic faz cair a inflação porque encarece o crédito e estimula a poupança, reduzindo a demanda por bens e serviços. E pode também reduzir a cotação do dólar, já que juros mais altos aumentam a entrada da moeda via capital especulativo ou antecipação de contratos de exportação. Como insumos

e matérias-primas importadas aumentam o custo de grande parte dos produtos, o dólar mais barato pode resultar na queda de preços de diversos itens.

O problema é que o efeito direto dessa medicina é a queda da atividade econômica, o que significa que a expressiva retomada dos negócios que está se verificando em 2021, mesmo

O BC agiu corretamente, mas não pode esquecer que o remédio precisa ser usado com moderação

com a pandemia, vai ser contida. Muitos setores, a exemplo da construção civil, do comércio e outros, e até mesmo novos investimentos podem ser desestimulados com o crédito mais caro. Esse é o efeito colateral mais danoso, mas existem outros como, por exemplo, o custo da rolagem da dívida interna que vai fazer o governo aumentar seu déficit fiscal. Por tudo isso, é preciso usar a panaceia dos juros altos com parcimônia e essa é a expectativa do Banco Central, que supõe que o pico inflacionário seja momentâneo de modo que, contida a inflação no limite superior da meta, será possível a partir do último trimestre do ano ou do 1º trimestre de 2022 voltar a política de queda gradual nos juros. Não creio que vá ser assim, pois existe uma demanda reprimida na economia brasileira, que está contida há meses

pela pandemia, e, se a vacinação avançar, a inflação e o PIB vão crescer mais do que o previsto, mesmo com juros altos.

Mas há quem diga que o Banco Central está errado e que, para a economia, é melhor ter inflação alta do que juros altos. É um equívoco saudosista, mas a saudade não é da inflação alta, e sim da correção monetária, essa famigerada invenção brasileira que preservava o dinheiro dos ricos e empobrecia mais ainda os pobres, impedindo a criação de um grande mercado consumidor, que é essência do capitalismo, e fazendo do Brasil uma economia de rentistas. Esse tempo acabou, por isso é melhor ter os juros altos por algum tempo para assim reduzir o pico inflacionário, mas tendo em conta que o remédio precisa ser usado de forma comedida, senão pode matar o doente.

Privatização em Morro

O município de Cairu, onde fica o balneário de Morro de São Paulo, um dos pontos turísticos mais visitados da Bahia, entrou nos planos do programa de privatização do Ministério da Economia, que pretende privatizar imóveis à beira-mar para a construção de hotéis e resorts, no estilo Cancun. O projeto prevê inclusive a concessão do Forte de Morro de São Paulo,

uma construção de 1630 protegida pelo Patrimônio Histórico. A construção desse tipo de resort pode aumentar o fluxo aéreo para o aeroporto e gerar alguma contribuição tributária, mas a tendência é se tornar um enclave, com pouco impacto local. Ou seja: não basta o resort, tem de ser um mix turístico para ativar a economia da região.

Resorts lotados na Bahia

Aliás, neste momento, o mercado hoteleiro baiano está entre o céu e o inferno. No céu estão os resorts, completamente lotados no último fim de semana, especialmente no litoral Norte e no Sul da Bahia. No inferno, estão os hotéis de Salvador, com taxa de ocupação baixíssima, especialmente entre os pequenos e médios estabelecimentos. Roberto Du-

ran, presidente do Salvador Destination, diz que isso ocorre porque o brasileiro está ávido por sair de casa e está buscando prazer e segurança nos resorts de praia e campo. Segundo ele, o turismo nas cidades estaria sofrendo mais por causa da pandemia e das medidas restritivas e também por conta da redução em mais de 90% do turismo de negócios.

ENCERRAMENTO Dos cerca de 4 mil funcionários, aproximadamente 70% serão contemplados

Ford fecha acordo coletivo para encerrar produção em Camaçari

LUIZ FELIPE FERNANDEZ

Responsável por parte importante da atividade econômica em Camaçari durante duas décadas, a Ford encerrou de vez suas atividades na Bahia. A montadora selou um acordo ontem com o Sindicato dos Metalúrgicos (STIM) e pôs fim ao imbróglio iniciado em janeiro, quando foi anunciado o fechamento da fábrica.

Dos cerca de 4 mil funcionários lotados em Camaçari, aproximadamente 70% serão contemplados com o acordo, que prevê o pagamento de indenização mínima de R\$ 130 mil para todos, independentemente do tempo de serviço.

O cálculo-base determina que os funcionários operacionais recebam 2,05 salários nominais por ano trabalhado, acrescido de um valor fixo adicional. Já os trabalhadores administrativos têm direito a um salário nominal por cada ano trabalhado. O acordo inclui ainda a concessão de seis meses de plano de saúde por meio do sindicato e uma remuneração extra para os trabalhadores operacionais que possuem algum tipo de restrição médica. A multinacional informou que vai também promover um programa de qualificação dos profissionais e ajudá-los a se recolocarem no mercado.

A partir da próxima semana, a Ford deve disponibilizar no sistema interno da empresa o Plano de Demissão Incentivada, que precisa ser homologado individualmente por cada trabalhador em um prazo de 15 dias. Os que não aceitarem podem tentar o ressarcimento pela Justiça.

Engenheiros

Diretor do Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Sen-



Carlos Casaes / Ag. A TARDE / 17.03.2009

Montadora foi responsável por parte importante da atividade econômica do polo industrial de Camaçari

À época da instalação da Ford em Camaçari, o investimento na fábrica foi de R\$ 1,3 bilhão, com estimativa de 150 mil carros montados por ano na unidade

ge-BA) e engenheiro de produção da Ford, Allan Haysa acredita que o acordo satisfaz a maior parte dos funcionários por privilegiar os que têm menos tempo de trabalho e salários menores. "Eventualmente, um funcionário que, pelas contas, receberia R\$ 60 mil vai receber R\$ 130 mil", diz.

O engenheiro explica que o abono é escalonado. Aqueles que, pelo cálculo, somarem um valor acima de R\$ 110 mil e menor que R\$ 130 mil vão receber mais R\$ 20 mil de abono. Já para os que o valor supera R\$ 130 mil, haverá um acréscimo de R\$ 30 mil. Allan, no entanto, faz parte dos 700 trabalhadores

do setor de Desenvolvimento de Produto que não vão receber nem um centavo do acordo, pois ainda fazem parte do quadro de funcionários da empresa.

Ao menos até dezembro, a última fábrica da Ford no país, localizada em Novo Horizonte, no Ceará, seguirá operando e os seus empregos estão assegurados. Depois disso, não há garantia de que vão continuar na multinacional.

Caso sejam demitidos, os engenheiros da área não sabem se poderão se beneficiar do acordo, já que este foi selado pelo Sindicato dos Metalúrgicos e contempla os funcionários demitidos.

Atualmente, eles seguem em home office desenhando projetos para as filiais nos Estados Unidos.

O impacto para a economia local ainda é enorme, segundo a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), que indica que o setor automotivo representa cerca de 5,5% do Valor de Transformação Industrial na Bahia.

Ainda em janeiro, o governador Rui Costa entrou em contato com as embaixadas de países asiáticos para tentar atrair investimentos automobilísticos e aproveitar a mão-de-obra dos trabalhadores dispensados pela Ford.

MICROCRÉDITO

Iniciativa vai injetar R\$ 100 milhões nos municípios

DA REDAÇÃO

A União dos Municípios da Bahia (UPB) assinou ontem um termo de cooperação técnica para apoiar a expansão do programa Credibahia nos municípios do interior do estado. A parceria, firmada com a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), pretende injetar R\$ 100 milhões na economia dos municípios baianos através do microcrédito para pequenos e microempreendedores.

De acordo com o presidente da UPB, Zé Cocá, o acesso ao crédito é fundamental para a retomada da economia. "Nesse momento de pandemia, nós precisamos levar investimentos aos municípios e a Desenbahia e a Setre querem isso. Precisamos oxigenar a economia dos municípios, gerar emprego e renda e o crédito tem esse poder", afirmou Cocá, acrescentando que a Desenbahia tem uma das menores taxas de juros do mercado.

O presidente Desenbahia, Francisco Miranda, destacou que a parceira com a UPB é uma oportunidade para avançar no desenvolvimento territorial. "Nossa meta é instalar um posto do Credibahia em cada um dos 417 municípios baianos", disse. "A universalização de uma política pública como essa só é possível se houver uma parceria forte entre o estado e as prefeituras", afirmou o chefe de gabinete da Setre, Juremar de Oliveira.

O Credibahia oferece linha de crédito entre R\$ 500 a R\$ 21 mil. O programa empresta dinheiro para todas as modalidades de crédito como investimento fixo, capital de giro e misto, com juros de 2% ao mês. O prazo de pagamento é de até 24 meses, com direito a até seis meses de carência.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/05/21	



RUI CRIA EXPECTATIVA SOBRE INICIO DAS OBRAS DA PONTE SALVADOR ITAPARICA PARA NOVEMBRO



admin 12 Maio, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa, disse que o início das obras de construção da ponte Salvador-Itaparica está programado para novembro. A declaração foi dada pelo petista, durante o Papo Correria, conversa semanal no YouTube do governador com internautas. “Fizemos o primeiro depósito. A obra está programada para novembro, com boa parte do povo baiano vacinada. Infelizmente na conclusão, não serei governador”, afirmou. Este primeiro depósito, de R\$ 250 milhões, foi realizado em abril pelo governo do estado ao Fundo Garantidor para construção do empreendimento.

A construção ficará a cargo do consórcio vencedor da licitação realizada em 2020, formado pelas empresas China Communications Construction Company, CCCC South America Regional Company e China Railway 20 Bureau Group Corporation. As obras devem durar quatro anos. A previsão é que a construção gere aproximadamente oito mil empregos. Espera-se que o novo equipamento beneficie diretamente 4,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Salvador, além de mais de 5,4 milhões de baianos em outros 100 municípios do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia, de maneira indireta.

A previsão, de acordo com estudo realizado com base em metodologia do Banco Mundial, é de que, quando o equipamento estiver em operação plena, haja retorno 3,6 vezes maior que os recursos públicos investidos. Trata-se, de acordo Rui Costa, de um equipamento destinado a “trazer forte impulso à economia de todo o Estado, encurtando distâncias e criando um novo eixo de desenvolvimento a partir de Salvador em direção ao Oeste, o que vai gerar mais renda e mais empregos para os baianos durante e após a etapa de obras”.

Foto: Divulgação/Secom Bahia

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/05/21	



GOVERNO DO ESTADO FIRMA PARCERIA PARA AMPLIAR OFERTA DE CRÉDITO AOS MICROEMPREENDEDORES BAIANOS



admin 12 Maio, 2021

O Governo do Estado concretizou cooperação técnica na tarde desta quarta-feira (12), por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e da Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia), com a União dos Prefeitos da Bahia (UPB) para levar linha de crédito aos microempreendedores baianos. A partir da assinatura do termo, realizada na sede da UPB, a expectativa é de que a Desenbahia consiga instalar postos de atendimento em todos os 417 municípios. Atualmente, são 183 postos em funcionamento, nos quais é possível aos microempreendedores acessarem o CrediBahia, linha de crédito que varia de R\$ 500 a R\$ 21 mil.

De acordo com a Setre, a iniciativa pretende financiar e capacitar gerencialmente os empreendedores de micro e pequenos negócios informais ou formais (CNPJ/MEI) das atividades de produção, comércio e de serviços. “A expectativa é de que a partir da relação com as prefeituras, a gente consiga ampliar a disponibilização da linha de crédito aos microempreendedores. A universalização de uma política pública como essa a partir de uma parceria forte entre os envolvidos”, pondera o chefe de gabinete da Setre, Juremar de Oliveira.

O programa de microcrédito empresta dinheiro para todas as modalidades de crédito como investimento fixo, capital de giro e misto, com juros de 2% ao mês. O prazo de pagamento é de até 24 meses, com direito a até seis meses de carência. Este ano, o valor do investimento da linha de crédito contou com um aporte extra de R\$ 50 milhões, por meio do programa Estado Solidário, totalizando R\$ 100 milhões disponíveis para empréstimo aos micro e pequenos empreendedores.

O presidente da Desenbahia, Francisco Miranda, explica que, para acessar a linha de crédito, é necessário ter mais de 18 anos, atuar há mais de seis meses no seu ramo e não pode faturar mais de R\$ 300 mil por ano. “Para 2021, o Governo do Estado destinou R\$ 100 milhões para financiar os pequenos produtores nos diversos municípios. A intenção é que os municípios tenham acesso ao financiamento produtivo porque isso muda a vida dos microempreendedores. Esperamos alcançar 250 mil microempreendedores neste ano”.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/05/21	



RELATOR DA REFORMA TRIBUTÁRIA APRESENTA PARECER FINAL



admin 12 Maio, 2021

O relator da proposta da reforma tributária na Comissão Mista do Congresso Nacional, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou nesta quarta-feira, 12, o parecer final. O parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 tem como foco a substituição de tributos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), será agora encaminhado para o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O relatório foi lido na semana passada, quando foi aberto pelo presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), vista coletiva e abriu prazo para os deputados e senadores sugerirem mudanças.

A apresentação do parecer nesta quarta-feira ocorreu uma semana após a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir o colegiado, argumentando que houve estouro de prazo. Segundo ele, os trabalhos da comissão expiraram há um ano e meio e o encerramento evitaria contestações judiciais no futuro.

A decisão de Lira foi tomada num momento de divergência entre o governo e a comissão mista. A equipe econômica queria uma proposta de reforma tributária fatiada, em que temas específicos fossem votados à medida em que houvesse acordo.

artigo

A Bahia precisa de trem!

Antonio Carlos Tramm
actramm@cbpm.ba.gov.br

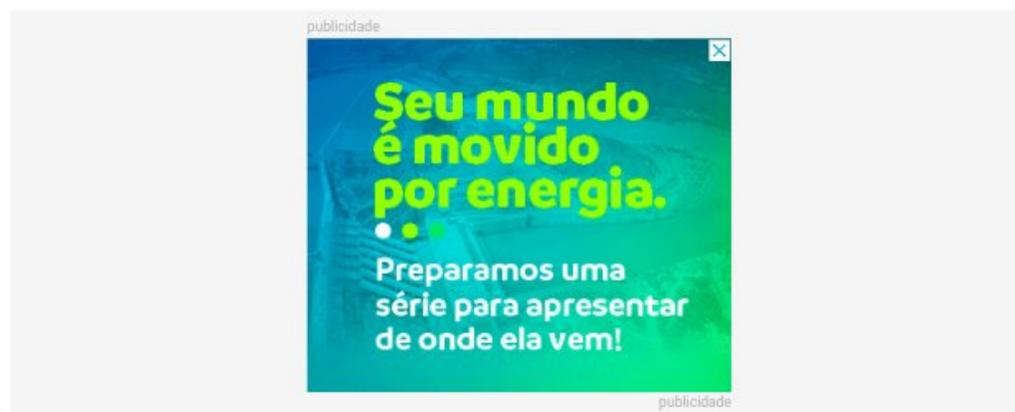
12.05.2021, 05:00:00



Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o Jornal Correio por apenas R\$ 5,94/mês.

Depois de 10 anos de luta, vencemos as forças contrárias ao desenvolvimento baiano e estamos dando andamento à conclusão da FIOLE. Mas, para seguir crescendo, a Bahia precisa de um modal ferroviário forte e competitivo. Por isso, apesar de termos vencido uma batalha, a luta continua pela manutenção e modernização da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA/VLI), que deveria estar funcionando como ligação entre o nordeste e o sudeste, e também como integração entre os municípios do próprio estado da Bahia.

Quarto maior produtor mineral do país e com um agronegócio pujante, que representa 25% do PIB estadual, o estado da Bahia carece de uma malha férrea que atenda à sua demanda de transporte de cargas. Apesar de ser cruzada pela FCA, a Bahia depende de caminhões para escoar as cargas de algumas de suas principais mineradoras, bem como para o transporte de combustíveis, frutas e importantes produtos do agronegócio. Econômico, seguro e eficiente, o modal ferroviário é imprescindível para um estado que cresce, como a Bahia. Por que, então, o estado vem sendo preterido nesse setor?



A malha ferroviária existente em território baiano corresponde a um dos raros trechos do Contrato de Concessão em que os acionistas da Concessionária VLI/FCA não são usuários. O PNL (Programa Nacional de Logística) de 2015 já mostrava que as rodovias BR 101 e 116 são os corredores com mais carga do Brasil e, paralelo a elas, na Bahia, nós temos uma ferrovia que está abandonada.

Em 1996, quando a FCA passou a operar sob gestão da VLI, a malha ferroviária na Bahia correspondia a 1942 quilômetros. Hoje, segundo a própria concessionária, são 1550 quilômetros. Os trens sumiram, não transportam nem cargas e nem gente. Houve sucateamento da malha, abandono de trechos e até mesmo o ramal ferroviário de acesso ao Porto de Aratu foi extinto. A VLI não só retirou os trilhos bem como os dormentes. As pessoas não usam mais o trem pois ele não existe. Cadê esse trem? Precisamos saber porque se transportava combustíveis pela FCA no passado e hoje não mais; porque o trecho que alimenta o porto de Aratu foi desmanchado. Essa concessão precisa ser feita para desenvolver o modal, não para travar.

A Bahia se desenvolveu e a FCA não acompanhou. Temos uma enorme demanda. Segundo levantamento feito pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), na base de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), mais de 6 milhões de toneladas de minérios foram produzidas a menos de 50 km da FCA em 2020.

publicidade

Anúncio



MODLY Sofá 3 Lugares Retrát...

R\$ 519,99

[COMPRAR](#)

publicidade

A modernização pela FCA tem que ser agora. A VLI já pediu à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para prorrogar o seu contrato de concessão da ferrovia e os produtores baianos não podem passar mais 30 anos no atraso. Não temos nada contra a privatização, mas é preciso que ela seja benéfica para a população. Precisamos de garantias de que a empresa, ou qualquer outra concessionária, irá investir no trecho baiano da ferrovia, apresentando uma solução para a falta desse trem, considerando não apenas a demanda atual de carga ferroviária como o seu potencial futuro.

Antonio Carlos Tramm, presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

Vice-governador pressiona Congresso por solução para a FCA

Em carta a parlamentares, João Leão destaca prejuízos em 25 anos de concessão e pede Bahia, Sergipe e Alagoas fora de renovação antecipada

Donaldson Gomes
twitter: donaldsongomes

12.05.2021, 05:00:00



João Leão enviou carta para presidentes da Câmara e Senado (Foto: Eduardo Tito/GOVBA)

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o Jornal Correio por apenas R\$ 5,94/mês.

Em busca de uma solução política para as preocupações baianas quanto à renovação do contrato de concessão da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), o vice-governador da Bahia, João Leão, novo secretário de Planejamento do Estado, pediu o apoio dos presidentes da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Em uma carta que também foi encaminhada ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e aos integrantes da bancada baiana no Congresso, ele sugeriu a retirada do trecho que corta os estados da Bahia, Sergipe e Alagoas da renovação.

Na carta, o vice-governador lembrou que a Centro-Atlântica encolheu deste que foi concedida em 1996. "A malha ferroviária na Bahia correspondia a 1.942 quilômetros. Atualmente, segundo a própria Concessionária, são 1.550 quilômetros e poucos trens ainda circulam no denominado corredor Minas - Bahia", destacou, lembrando ainda que "tem sido constante a redução das localidades atendidas. Há mais de 15 anos os trens não alcançam o porto de Salvador, nem a própria capital baiana".

"É flagrante o grande o desinteresse da FCA pelas linhas situadas na Bahia, Sergipe e Alagoas, que há muito tempo não recebem a manutenção adequada, numa flagrante atitude de abandono do patrimônio recebido da extinta RFFSA", destacou. Ele sugere que o desinteresse esteja ligado ao fato de a VLI, proprietária da FCA não movimentar cargas próprias nos três estados.

O vice-governador ressalta ainda na carta que, "além do abandono" haveria um "aparente desinteresse" desinteresse em atender demandas tradicionais de transporte ferroviário, "muitas vezes impondo a esses usuários tarifas iguais ou superiores ao modal rodoviário".

Entre investimentos que deixaram de ser feitos nos últimos 25 anos de concessão, João Leão destaca a construção do Contorno Cachoeira - São Felix, com 17 km de extensão e lembrou que a travessia do rio Paraguçu ainda é feita através da área central das duas cidades, "pela quase sesquicentenária Ponte D. Pedro II (inaugurada em 1885), numa operação que chega levar 2 horas e meia".

Além disso, ele lembrou que é necessária a construção de 22 km de extensão de linha férrea para ligar o Polo Industrial de Camaçari ao Porto de Aratu, "um canal de tráfego previsto desde a década de 1970 e que reduzirá o tempo de viagem em mais de 2 horas".

A sugestão do vice-governador é que os custos dessas intervenções seja incluído no valor da outorga pela renovação antecipada e que os recursos de multas e indenizações pela degradação do patrimônio se destinem a recuperar as áreas.

Outra alternativa apresentada seria a exclusão do trecho de ferrovia nos três estados da concessão e a realização de um leilão à parte para um operador ferroviário independente.

Demanda econômica

Além de atender a atividade econômica, a recuperação do trecho ferroviário controlado pela FCA na Bahia pode viabilizar novas iniciativas do setor produtivo, analisou o vice-governador João Leão.

"Com crescente importância na economia estadual, situa-se a mineração, que nos coloca presentemente em quinto lugar dentre os estados produtores, devido a nossa produção de minérios, tais como ferro, cobre, cromo, magnesita, níquel, manganês e talco, além de rochas ornamentais", lembrou.

Leão destacou o projeto da mineradora anglo-australiana Colomi Iron Mineração, que está investindo na extração do minério de ferro para exportação nos municípios de Sento Sé e Remanso, ambos na borda do lago de Sobradinho. Segundo ele, a empresa divulgou há um ano a sua intenção de aplicar R\$ 5 bilhões em melhoramentos no trecho ferroviário entre Juazeiro e o Porto Aratu e mais R\$ 2 bilhões nas instalações do referido Porto.

"Além da indústria, setor no qual se destaca a terceira maior refinaria de petróleo do País, ressaltou o agronegócio que representa 25% do PIB estadual, com destaque para uma safra anual de grãos superior a 10 milhões de toneladas apenas na região Oeste, para a fruticultura irrigada no polo Juazeiro/Petrolina e para a produção de madeira de reflorestamento nas regiões Norte e Sul do Estado", completou.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 13/05/2021	Página: 02

Tribuna

Microempreendedores

O Governo do Estado concretizou cooperação técnica na tarde desta quarta-feira (12), por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e da Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia), com a União dos Prefeitos da Bahia (UPB) para levar linha de crédito aos microempreendedores baianos. A partir da assinatura do termo, realizada na sede da UPB, a expectativa é de que a Desenbahia consiga instalar postos de atendimento em todos os 417 municípios. Atualmente, são 183 postos em funcionamento, nos quais é possível aos microempreendedores acessarem o CrediBahia, linha de crédito que varia de R\$ 500 a R\$ 21 mil.

Em alta

Bacelar

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia (IBGE) divulgada ontem apontou que, após três meses de queda, o volume do setor de serviços na Bahia mostrou, em março deste ano, a primeira alta em comparação com o mês anterior. De fevereiro para março, o volume do setor cresceu 2,9%. O índice foi o quarto melhor resultado do país e bem acima do nacional (-4,0%). Segundo o IBGE, de fevereiro para março de 2021, o setor de serviços na Bahia só cresceu menos do que em Mato Grosso do Sul (11,8%), Tocantins (9,9%) e Rondônia (4,0%). Dentre as 14 unidades da Federação em queda nessa comparação, os destaques negativos ficaram com Distrito Federal (-6,1%), Piauí (-5,6%) e Santa Catarina (-3,4%).

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 13/05/2021	Página: 05

Tribuna

Serviços despencam 4% em março e anula ganhos de 9 meses

POR AGÊNCIA O GLOBO

O setor de serviços caiu 4% em março, na comparação com fevereiro, segundo dados divulgados nesta quinta-feira pelo IBGE. Com o resultado, o setor interrompe nove meses seguidos de taxas positivas, segundo o IBGE. Até fevereiro, houve crescimento acumulado de 24%, que superava a contração de 18,6% quando o setor despencou entre os meses de março e abril do ano passado. Na comparação com março do ano passado, o volume do setor de serviços teve alta de 4,5%. Em 12 meses, porém, o setor de serviços ainda registra queda de 8%.

Os números do IBGE referentes ao desempenho do setor de serviços em abril só serão divulgados em junho, mas, diante da piora da pandemia, há uma tendência de que alguns segmentos mais sensíveis às restrições de-

vem apresentar nova redução na atividade. Analistas estimam que os serviços prestados às famílias, cujas atividades dependem em grande parte do contato presencial, deverão sofrer mais com as restrições.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito tiveram alta de preços em abril. O maior avanço foi em Saúde e cuidados pessoais (1,19%).

IBGE prevê safra recorde de 264,5 milhões de toneladas para 2021

POR ANA CRISTINA CAMPOS –
REPÓRTER DA AGENCIA
BRASIL - RIO DE JANEIRO

A safra brasileira de grãos, cereais e leguminosas deve atingir o recorde de 264,5 milhões de toneladas em 2021. Com isso, a produção deve superar em 4,1% a de 2020, que somou 254,1 milhões de toneladas.

Os dados constam da estimativa de abril do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, divulgado hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar do recorde, a estimativa de abril para a safra de 2021 é 0,2% menor do que a feita em março, o que representa 409,9 mil toneladas a menos.

“É a primeira vez que temos queda na estimativa

mensal neste ano. Isso ocorreu porque há três safras no Brasil e houve atraso no plantio da primeira safra, conhecida como safra verão ou ‘das águas’. Isso atrasou a colheita da soja e, conseqüentemente, o plantio da segunda safra”, disse, em nota, o gerente da pesquisa, Carlos Barradas.

De acordo com o pesquisador, na segunda safra ou a “safra das secas”, as chuvas são mais restritas. “Essa safra, conseqüentemente, foi plantada tardiamente. Há uma condição de insegurança climática maior e está faltando chuva. Então o que está caindo é a produção da segunda safra”, acrescentou Barradas.

O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos do grupo de grãos, cereais e leguminosas e, soma-

dos, representam 92,9% da produção. Segundo o IBGE, outro recorde é esperado na safra da soja, que deve chegar a 131,9 milhões de toneladas, uma alta de 8,6%, ou 10,4 milhões de toneladas, na comparação com o ano anterior.

“Quase toda a produção da soja foi colhida na safra verão. Até faltou um pouco de chuva, mas a partir de dezembro as chuvas voltaram e houve uma boa produtividade”, afirmou Barradas.

Já a estimativa da produção do milho grão caiu 0,5% em relação à feita no mês anterior e deve chegar a 102,5 milhões de toneladas. Apesar dos aumentos de 5,6% na área plantada e de 5,9% na área a ser colhida, a safra deve ser 0,7% menor do que no ano anterior.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 13/05/2021	Página: 07

AJUDA

Estado firma parceria para ampliar oferta de crédito aos microempreendedores

O Governo do Estado concretizou cooperação técnica na tarde desta quarta-feira (12), por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e da Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia), com a União dos Prefeitos da Bahia (UPB) para levar linha de crédito aos microempreendedores baianos. A partir da assinatura do termo, realizada na sede da UPB, a expectativa é de que a Desenbahia consiga instalar postos de atendimento em todos os 417 municípios. Atualmente, são 183 postos em funcionamento, nos quais é possível aos microempreendedores acessarem o CrediBahia, linha de crédito que varia de R\$ 500 a R\$ 21 mil.

De acordo com a Setre, a iniciativa pretende financiar e capacitar gerencialmente os

empreendedores de micro e pequenos negócios informais ou formais (CNPJ/MEI) das atividades de produção, comércio e de serviços. "A expectativa é de que a partir da relação com as prefeituras, a gente consiga ampliar a disponibilização da linha de crédito aos microempreendedores. A universalização de uma política pública como essa a partir de uma parceria forte entre os envolvidos", pondera o chefe de gabinete da Setre, Juremar de Oliveira.

O programa de microcrédito empresta dinheiro para todas as modalidades de crédito como investimento fixo, capital de giro e misto, com juros de 2% ao mês. O prazo de pagamento é de até 24 meses, com direito a até seis meses de carência. Este ano, o valor do investimento da linha de crédito contou

com um aporte extra de R\$ 50 milhões, por meio do programa Estado Solidário, totalizando R\$ 100 milhões disponíveis para empréstimo aos micro e pequenos empreendedores.

O presidente da Desenbahia, Francisco Miranda, explica que, para acessar a linha de crédito, é necessário ter mais de 18 anos, atuar há mais de seis meses no seu ramo e não pode faturar mais de R\$ 300 mil por ano. "Para 2021, o Governo do Estado destinou R\$ 100 milhões para financiar os pequenos produtores nos diversos municípios. A intenção é que os municípios tenham acesso ao financiamento produtivo porque isso muda a vida dos microempreendedores. Esperamos alcançar 250 mil microempreendedores neste ano".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 13/05/2021	Página: 07

Tribuna

Área plantada de soja cresce 5% na safra 2020/2021

A produção de grãos na Bahia deve ultrapassar as 10 milhões de toneladas, tudo isso em uma área semeada de aproximadamente 3,2 milhões de hectares. Esse valor representa aumento de 3% (cerca de 92 mil hectares em números absolutos) na área total plantada em comparação com a temporada anterior. É o que indica o Boletim do 8º Levantamento da Safra de Grãos, publicado nesta quarta-feira (12) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O panorama completo, na Bahia e em todo o Brasil, está disponível no site da Conab e os comentários dos técnicos responsáveis podem ser assistidos pelo canal da Conab no YouTube.

Somando-se as estimativas de produção dos grãos levantados pela Companhia no estado (algodão, feijão,

mamona, milho, soja, sorgo e trigo), a expectativa é de obtenção de mais de 10,7 milhões de toneladas, indicando aumento de 6,2% em relação ao resultado verificado na safra 2019/20.

Atualmente, a soja continua sendo o principal produto agrícola do estado, sendo responsável por cerca de 65% de toda a expectativa da produção, seguida pelo milho (24%) e algodão (11,5%).

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

A maior regularidade das chuvas no mês de abril ainda não foi capaz de compensar o estresse hídrico observado nos meses de dezembro, janeiro e na primeira quinzena de fevereiro. Os produtores das regiões centro-norte e centro-sul da Bahia ainda preveem perdas de alguns produtos como feijão e milho.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 13/05/2021	Página: 08

EDUCAÇÃO

Orçamento de 2021 da UFBA é igual ao de 11 anos atrás

YURI ABREU
REPÓRTER

A crise orçamentária pela qual passam as universidades federais do país, em virtude da diminuição dos recursos repassados pelo governo federal, como não poderia deixar de ser, também atinge em cheio a principal instituição de ensino superior do estado: a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para se ter uma ideia, o orçamento de 2021 da instituição é semelhante ao que foi disponibilizado no ano de 2010 – há 11 anos –: pouco mais de R\$ 132 milhões.

Especificando os períodos, neste ano, foi disponibilizado o valor de R\$ R\$132.814.289,00. Em 2010, o montante o qual a UFBA teve acesso, para investimentos,

cobertura de gastos, entre outros, foi de R\$ 133.881.087,00. Porém, há pouco mais de uma década, o número de alunos era menor que hoje, assim como todas as tarifas, a exemplo das de água e luz, o que dá uma ideia da gravidade da situação.

A instituição também chama a atenção de que, além do orçamento deste ano, o valor de Crédito sob supervisão, condicionado a aprovação legislativa, representa 59,9% dos recursos de custeio, o que agrava em muito a situação das universidades públicas federais pelo país. E a situação não é específica apenas deste ano. Em 2020, o orçamento foi de R\$ 163.308.544,00, mais baixo do que em anos anteri-

ores.

Porém, no comparativo entre este e o ano passado, o corte foi de R\$ 30.494.255,00 (18,7%). Com o veto presidencial, que afeta recursos de capital, o corte alcançará R\$ 34.878.292,00 (21,4%). "Os recursos disponibilizados estão muito longe de serem suficientes para as despesas normais do exercício. A administração central da UFBA está envidando todos os esforços para reverter à situação", explicou a instituição.

Entre as providências adotadas, além das "imprescindíveis medidas administrativas", a UFBA pontua que está sendo exposta, à sociedade, o projeto de destruição do ensino público que está por trás dos cortes, que po-

dem sim inviabilizar o funcionamento normal das Universidades Públicas. No Rio de Janeiro, por exemplo, a reitora da UFRJ, Denise Carvalho, alertou para o risco de, em julho, a instituição fechar as portas. A mesma situação pode acontecer com a Unifesp, em São Paulo.

Diante desse cenário, a UFBA vai realizar, no dia 18 de maio, o ato público "Educação, sim! Barbárie, não!". O movimento terá início às 9h e poderá ser acompanhado pelo canal do YouTube da instituição. "Com máxima urgência e toda força, temos que mobilizar nossa nação para a escolha pela ciência, pela civilidade, pela democracia e, enfim, pela Educação", diz um trecho do comunicado que convoca para o ato.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 13/05/2021	Página: 06

Tribuna

FazAtleta está com inscrições abertas para patrocínios em 2021

Entre os dias 13 e 21 de maio, projetos de atletas e equipes esportivas podem ser apresentados ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador do Estado da Bahia (FazAtleta). Os interessados devem enviar, em um único e-mail, cópias digitalizadas individualmente, identificadas e em formato PDF dos formulários preenchidos e assinados e dos demais documentos exigidos na Resolução nº 01/2021 do programa, para o e-mail projetos.fazatleta@sete.ba.gov.br. De acordo com a nova resolução, o programa volta a oferecer verba para a participação em

competições, que estavam suspensas por causa da pandemia de Covid-19. Para este ano, o investimento previsto é de R\$ 4,5 milhões.

O secretário executivo do Programa FazAtleta, Rodrigo Souza Faria, explica que o programa é destinado aos atletas amadores olímpicos e paralímpicos, nas modalidades olímpicas reconhecidas e cadastradas no Comitê Olímpico Brasileiro (COB). "Se a modalidade não for olímpica, não for reconhecida e não for cadastrada no COB, o atleta precisa apresentar ranking de nível mundial para ser patrocinado", informou.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/05/2021	



Governo do Estado firma parceria com União dos Prefeitos e Desenbahia para ampliar oferta de crédito aos microempreendedores baianos

12 maio 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

O Governo do Estado concretizou cooperação técnica na tarde desta quarta-feira (12), por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e da Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia), com a União dos Prefeitos da Bahia (UPB) para levar linha de crédito aos microempreendedores baianos. A partir da assinatura do termo, realizada na sede da UPB, a expectativa é de que a Desenbahia consiga instalar postos de atendimento em todos os 417 municípios. Atualmente, são 183 postos em funcionamento, nos quais é possível aos microempreendedores acessarem o CrediBahia, linha de crédito que varia de R\$ 500 a R\$ 21 mil.

De acordo com a Setre, a iniciativa pretende financiar e capacitar gerencialmente os empreendedores de micro e pequenos negócios informais ou formais (CNPJ/MEI) das atividades de produção, comércio e de serviços. “A expectativa é de que a partir da relação com as prefeituras, a gente consiga ampliar a disponibilização da linha de crédito aos microempreendedores. A universalização de uma política pública como essa a partir de uma parceria forte entre os envolvidos”, pondera a chefe de gabinete da Setre, Juremar de Oliveira.

O programa de microcrédito empresta dinheiro para todas as modalidades de crédito como investimento fixo, capital de giro e misto, com juros de 2% ao mês. O prazo de pagamento é de até 24 meses, com direito a até seis meses de carência. Este ano, o valor do investimento da linha de crédito contou com um aporte extra de R\$ 50 milhões, por meio do programa Estado Solidário, totalizando R\$ 100 milhões disponíveis para empréstimo aos micro e pequenos empreendedores.



Foto: Carol Garcia/GOVBA

O presidente da Desenbahia, Francisco Miranda, explica que, para acessar a linha de crédito, é necessário ter mais de 18 anos, atuar há mais de seis meses no seu ramo e não pode faturar mais de R\$ 300 mil por ano. “Para 2021, o Governo do Estado destinou R\$ 100 milhões para financiar os pequenos produtores nos diversos municípios. A intenção é que os municípios tenham acesso ao financiamento produtivo porque isso muda a vida dos microempreendedores. Esperamos alcançar 250 mil microempreendedores neste ano”.



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Repórter: Jairo Gonçalves

Veículo: Gov Bahia	
Data: 13/05/2021	



Governo do Estado firma parceria para ampliar oferta de crédito aos microempreendedores baianos

12 maio 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

O Governo do Estado concretizou cooperação técnica na tarde desta quarta-feira (12), por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e da Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia), com a União dos Prefeitos da Bahia (UPB) para levar linha de crédito aos microempreendedores baianos. A partir da assinatura do termo, realizada na sede da UPB, a expectativa é de que a Desenbahia consiga instalar postos de atendimento em todos os 417 municípios. Atualmente, são 183 postos em funcionamento, nos quais é possível aos microempreendedores acessarem o CrediBahia, linha de crédito que varia de R\$ 500 a R\$ 21 mil.

De acordo com a Setre, a iniciativa pretende financiar e capacitar gerencialmente os empreendedores de micro e pequenos negócios informais ou formais (CNPJ/MEI) das atividades de produção, comércio e de serviços. “A expectativa é de que a partir da relação com as prefeituras, a gente consiga ampliar a disponibilização da linha de crédito aos microempreendedores. A universalização de uma política pública como essa a partir de uma parceria forte entre os envolvidos”, pondera o chefe de gabinete da Setre, Juremar de Oliveira.



Foto: Carol Garcia/GOVBA

O programa de microcrédito empresta dinheiro para todas as modalidades de crédito como investimento fixo, capital de giro e misto, com juros de 2% ao mês. O prazo de pagamento é de até 24 meses, com direito

a até seis meses de carência. Este ano, o valor do investimento da linha de crédito contou com um aporte extra de R\$ 50 milhões, por meio do programa Estado Solidário, totalizando R\$ 100 milhões disponíveis para empréstimo aos micro e pequenos empreendedores.

O presidente da Desenbahia, Francisco Miranda, explica que, para acessar a linha de crédito, é necessário ter mais de 18 anos, atuar há mais de seis meses no seu ramo e não pode faturar mais de R\$ 360 mil por ano. “Para 2021, o Governo do Estado destinou R\$ 100 milhões para financiar os pequenos produtores nos diversos municípios. A intenção é que os municípios tenham acesso ao financiamento produtivo porque isso muda a vida dos microempreendedores. Esperamos alcançar 25 mil microempreendedores neste ano”.

Repórter: Jairo Gonçalves

Relator da reforma tributária apresenta parecer final



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foco é a substituição de tributos pelo Imposto sobre Bens e Serviços | Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom | Agência Brasil

O relator da proposta da reforma tributária na Comissão Mista do Congresso Nacional, Aginaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou nesta quarta-feira, 12, o parecer final. O parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 tem como foco a substituição de tributos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), será agora encaminhado para o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O relatório foi lido na semana passada, quando foi aberto pelo presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), vista coletiva e abriu prazo para os deputados e senadores sugerirem mudanças.

A apresentação do parecer nesta quarta-feira ocorreu uma semana após a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir o colegiado.

'Esse é um conteúdo que será colocado à disposição do Congresso Nacional. Não há previsão legal para examinar PEC em comissão mista. Essa é uma comissão que tem mais um caráter de natureza política', disse Rocha durante a reunião para a apresentação do relatório.

Ao extinguir a comissão, Lira argumentou que houve estouro de prazo. Segundo ele, os trabalhos da comissão expiraram há um ano e meio e o encerramento evitaria contestações judiciais no futuro.

A decisão de Lira foi tomada num momento de divergência entre o governo e a comissão mista. A equipe econômica queria uma proposta de reforma tributária fatiada, em que temas específicos fossem votados à medida em que houvesse acordo.

O fatiamento da reforma também era defendido pelo presidente da Câmara, com o argumento de iria facilitar a tramitação da proposta. A proposta defendida por Ribeiro que estabeleceu a unificação dos cinco tributos foi considerada ampla pelo governo.

Pela proposta, uma Lei complementar regulamentará o IBS, que incide sobre qualquer bem e será composto pelo somatório das alíquotas da União, dos estados, do

Distrito Federal e dos municípios.

Fazenda - Arrecadação

A proposta prevê uma transição de seis anos. Nos dois primeiros, PIS e Cofins já dariam lugar ao IBS. Nos quatro seguintes, haveria a incorporação de IPI, ICMS e ISS. No caso dos dois últimos, haveria uma redução de alíquotas em paralelo à adoção do IBS, de forma a assegurar a **arrecadação** de estados e municípios.

O deputado disse que as sugestões recebidas dos parlamentares devem ser debatidas na próxima fase de tramitação da reforma, em 'instância regimental apropriada'.

Ao fazer a leitura do texto, Ribeiro defendeu ainda uma reforma ampla que 'ataque os problemas estruturais' do sistema tributário, para que o país enfrente, entre outros problemas, a regressividade do sistema e favoreça a competitividade. O deputado disse ainda que o debate não deve ocorrer com ' vaidade'.

'Defendemos uma reforma ampla que enfrente os reais problemas do nosso sistema tributário. Tem-se falado muito em fatiamento nos últimos dias e é bom que os parlamentares tenham ciência de que o que está sendo proposto não é o fatiamento, mas uma reforma tributária com o foco no consumo que talvez seja o maior problema que nós temos hoje no custo Brasil', disse Ribeiro.

'Entendemos como clamor de fato uma reforma ampla e não uma reforma que não podemos nem chamar de reforma', acrescentou o relator.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Veículo: G1	
Data: 12/05/21	



Para relatora, exclusão do ICMS do cálculo de PIS e Cofins deve valer a partir de decisão do STF

Exclusão foi decidida pelo STF em 2017; agora, tribunal julga a partir de quando a decisão tem efeito. Governo prevê perda de R\$ 250 bilhões em arrecadação.

Por Rosanne D'Agostino, G1 — Brasília

12/05/2021 18h52 Atualizado há 15 horas

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta quarta-feira (12) a favor de que a **exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e Cofins** deve valer a partir da **decisão** tomada pelo tribunal.

Em 2017, **o STF excluiu** o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O PIS e a Cofins são pagos por empresas de todos os setores e ajudam a financiar a Previdência Social e o seguro-desemprego.

Agora, o tribunal julga um recurso da União para definir a partir de quando essa decisão tem efeito. O governo estima perda de R\$ 250 bilhões em arrecadação caso o entendimento do Supremo seja aplicado a casos anteriores à decisão de 2017.



Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal — Foto: Carlos Moura/SCO/STF

O voto da relatora

Cármen Lúcia votou para que a decisão comece a valer a partir de 15 de março de 2017.

Segundo a ministra, a aplicação apenas para casos novos a partir do entendimento do STF garante "segurança jurídica".

"A boa-fé, a confiança e a segurança jurídica são princípios fundamentais", afirmou.

Ainda segundo Cármen Lúcia, somente os casos contestados na Justiça até essa data podem ter aplicado o entendimento no Supremo.

O julgamento foi interrompido em razão do horário e deve ser retomado nesta quinta (12).

Veículo: G1	
Data: 11/05/21	



Reforma administrativa é questão de 'sobrevivência financeira' e não de ideologia, diz Guedes

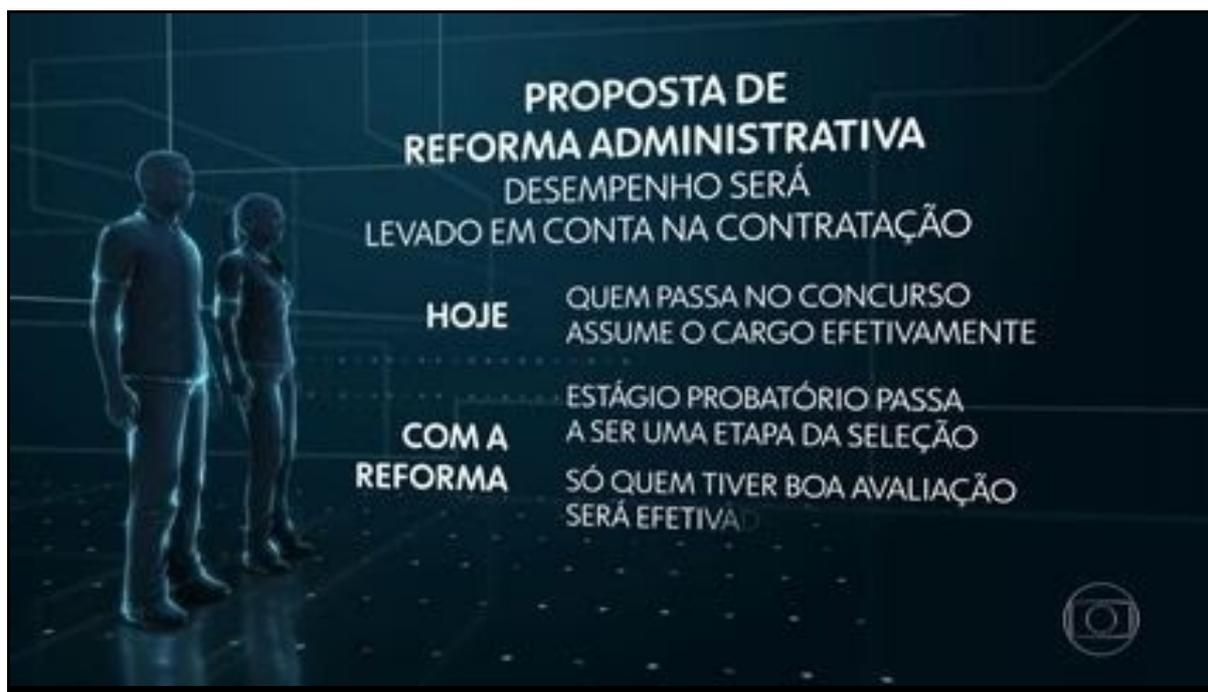
Ministro da Economia participou de audiência pública na CCJ da Câmara dos Deputados nesta terça-feira. Ele repetiu que proposta do governo não engloba os atuais servidores públicos.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

11/05/2021 14h06 Atualizado há um dia

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, afirmou nesta terça-feira (11), em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que a proposta do governo de reforma administrativa não é uma questão de "ideologia", mas sim de "sobrevivência financeira".

Enviada em **setembro do ano passado**, a proposta de reforma administrativa **ainda não foi votada pelo Congresso**. O texto modifica as regras do serviço público somente para os futuros servidores dos três poderes e do funcionalismo de estados e municípios. Não afeta os chamados membros desses poderes (magistrados no Judiciário, deputados no Legislativo, por exemplo).



Governo envia ao Congresso reforma administrativa com regras novas para futuros servidores

"Se nada for feito, o que vai existir é uma ameaça aos atuais salários. O mesmo que foi feito com a Previdência. Fizemos [a reforma da previdência em 2019] para garantir o pagamento das previdências futuras. Muitos estados estão com dificuldades, atrasaram aposentadorias, salários. Não é uma questão de ideologia, mas de sobrevivência financeira", declarou.

Guedes repetiu a estimativa de que a reforma administrativa vai gerar uma economia de R\$ 300 bilhões em dez anos.

"Queremos dar mais qualidade e meritocracia às despesas futuras. Daqui para a frente [após a aprovação da reforma], contrata [os servidores] com salários mais compatíveis, com salários de mercado, e dá reajuste com base no mérito", acrescentou.

A proposta também sugere o fim do regime jurídico único da União e a criação de vínculo de experiência, vínculo por prazo determinado, cargo com vínculo por prazo indeterminado, cargo típico de Estado e cargo de liderança e assessoramento (cargo de confiança).

A proposta do governo prevê ainda a exigência de dois anos em vínculo de experiência, com "desempenho satisfatório" antes de o profissional ser investido de fato no cargo público, e **o fim dos chamados 'penduricalhos', como licença-prêmio**. O governo também quer o poder para **extinguir órgãos por decreto presidencial**.

Reforma 'bastante moderada'

Durante a audiência pública na CCJ, o ministro Guedes afirmou que a proposta de reforma administrativa é "bastante moderada" e tem por objetivo avaliar os servidores públicos, como forma de melhorar os serviços prestados, e acabar com privilégios existentes.

Segundo ele, a reforma administrativa, visa melhorar a qualidade dos serviços prestados por meio de instrumentos de avaliação. "Temos que construir carreiras meritocráticas, de bom desempenho", disse.

"Nós somos servidores públicos, nós não somos autoridades. Que história é essa de tirar carteirinha e falar: 'Eu que mando, é assim, é assado, sou cheio de privilégios, ganho mais que todo mundo, tenho estabilidade'. Que história é essa? Somos servidores", declarou.

Ele comparou servidores brasileiros aos noruegueses e suecos.

"Veja um servidor na Noruega, na Suécia. Ele anda de metrô, às vezes de bicicleta. Ele não tem 20 automóveis, mais 50 servidores, mais 30 assessores. Não é assim, é algo sempre bem modesto, não é uma corte. É algo mais modesto, mais meritocrático, o foco tem de ser a qualidade do serviço público, no atendimento à população", disse.

De acordo com Guedes, ao estabelecer um período de experiência antes de o futuro servidor público ser efetivado no cargo, ou seja, obter a estabilidade nas carreiras típicas de Estado, a reforma representará um "prêmio ao bom desempenho".

"A diferença é que não é só fazer um exame e, na mesma hora, ganhar um salário alto e estabilidade pelo resto da vida. Tem de entrar com salários comparáveis ao setor privado, será avaliado", declarou.

Acrescentou que, no Brasil, mais de 90% dos servidores têm estabilidade, enquanto que, em países como Suécia e Noruega, segundo ele, isso acontece com menos de 5% dos funcionários públicos.

Guedes também comparou servidores públicos a militantes.

"Então, poderíamos estar aqui, como em qualquer governo, abrindo concurso público e botando uma porção de gente para dentro, para aparelharmos o Estado, termos bastante militantes trabalhando para nós no futuro. Não estamos pensando assim, estamos pensando nas gerações futuras", declarou.

Em 2019, o ministro falou em "**travar concursos públicos**" e, desde então, autorizou poucos concursos. Neste ano, foram abertas vagas para a Polícia Federal e para a Polícia Rodoviária Federal.

Guedes afirmou, ainda, que a reforma visa evitar que os atuais privilégios sejam estendidos aos futuros servidores.

"Temos de servir na ponta, nos estados, municípios. Tanto que essa reforma se aplica também aos servidores... Por exemplo, o governo federal já acabou com anuênio, com quinquênio. Mas até hoje os anuênios, que foram extintos em 1997, eles custam R\$ 1 bilhão por ano. Os quinquênios, extintos em 1997 para o funcionalismo federal, custam meio bilhão por ano. Mesmo acabando há 20 anos, ainda hoje custam muito. O que queremos é que esses privilégios não sejam estendidos aos futuros [servidores]", disse.

Estudo divulgado pelo Instituto Millenium em agosto do ano passado diz que o Brasil gastou 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, cerca de R\$ 930 bilhões, com servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Segundo o documento, o gasto do país com servidores é o dobro das despesas com educação e 3,5 vezes as despesas com saúde (3,9% do PIB), sendo o **sétimo país que mais gastou com pessoal, entre 64 pesquisados**.

Quando foi divulgada no ano passado, a proposta de reforma administrativa foi alvo de um manifesto de 29 entidades de representantes de servidores públicos.

Para as entidades, a proposta cria diversas formas de contratação no serviço público, "favorecendo a disparidade nas formas de admissão e criando um modelo de avaliação de desempenho que permite o assédio e a demissão de servidoras e servidores que não certifiquem medidas de interesse estritamente político".

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Jeane Tsutsui

Mesmo com vacina, ainda vai ter mercado para teste de Covid-19 neste ano

SÃO PAULO Apesar do início da vacinação no Brasil, a médica Jeane Tsutsui, que acaba de assumir a presidência do Grupo Fleury, prevê que o mercado de testes de Covid-19 ainda se manterá neste ano. "Talvez, o percentual da receita não seja tão alto neste ano como em 2020, mas vai continuar acontecendo", afirma ela.

Como foi assumir o cargo na pandemia. E como é ser mulher no posto? É um momento importante em que as pessoas passaram a valorizar mais a saúde. E estamos começando um ciclo de aceleração do crescimento do grupo por meio de aquisições, para levar mais saúde de qualidade e para a nossa transformação digital. Desde 2019, começamos a falar de plataforma de saúde. Não somos mais uma empresa de medicina diagnóstica, mas de saúde.

Sobre ser uma presidente mulher, a área de saúde tem muitas mulheres. Eu não sou a primeira no Grupo Fleury, e 80% da nossa população é de mulheres. Nos cargos de liderança, temos 67%.

Como está a telemedicina no grupo hoje? Desde abril do ano passado nós iniciamos o serviço de teleconsulta. Já temos quase 400 mil teleconsultas realizadas no país e 40% foram feitas em locais onde não estamos presentes fisicamente. Hoje, o grupo tem unidade de atendimento em oito estados e Distrito Federal.

Só neste ano, já fizemos mais do que em todo o ano passado. Já temos quase 700 médicos atendendo a telemedicina. Também estamos crescendo para novos serviços, acabamos de adquirir uma clínica de oftalmologia, centro para medicamentos, clínica de ortopedia. Queremos oferecer todos os serviços.

Como avalia a tentativa de impor limite à telemedicina? A mudança de comportamento das pessoas com a pandemia é irreversível. A telemedicina é um ato médico, uma responsabilidade, mas é uma ferramenta. Veio trazer valor. Tem toda a discussão que precisamos fazer sobre segurança de informação, confiabilidade. Em 80% dos casos, se resolve o problema do paciente com a teleconsulta sem que ele precise procurar um atendimento físico. Veja o valor disso na pandemia.

Recentemente, as operadoras tentaram suspender as autorizações de procedimentos eletivos na pandemia. Como vê isso? A pandemia trouxe desafios, hospitais lotados. Mas as doenças crônicas precisam continuar sendo tratadas. Os pacientes precisam continuar fazendo diagnóstico. E uma preocupação que estamos tendo porque em algumas áreas houve atraso no cuidado do diagnóstico. Isso vai ter repercussões. Em oncologia, se deixar de fazer, depois tem casos mais graves para tratar. Acaba sendo sobrecarga para o sistema de saúde.

Tem outra discussão grande no setor que é o aumento no preço do plano de saúde. O custo de saúde é um desafio para todo o setor. A gente sempre discute com operadoras, fornecedores, hospitais, como trabalhar de forma conjunta para dar mais sustentabilidade. Se as pessoas têm dificuldade para pagar, é um desafio para todo mundo. Quando eu falo que a tele-

medicina consegue resolver casos mais simples em 80% das vezes, o que eu estou dizendo? Que casos mais simples não precisam de atendimento de alta complexidade. Precisa reservar esse recurso valioso para as situações de alta complexidade. Usar o recurso adequadamente no sistema vai equilibrar esse desafio.

A demanda de teste para verificar se as pessoas estão imunizadas cresceu depois do começo da vacinação? Fizemos até agora 2,7 milhões de testes de Covid. Isso inclui os de PCR e os de sorologia. Esse é do qual você está falando e o de anticorpo neutralizante, para saber se uma pessoa que tomou a vacina desenvolveu o anticorpo. A gente também lançou esse teste. Vimos a necessidade, o desejo de algumas pessoas solicitando.

Agora, eu gostaria de lembrar que o teste de anticorpo neutralizante avalia se, após a vacinação, a pessoa desenvolveu o anticorpo. Só que ele não é único. Quando uma pessoa toma a vacina, ela tem dois tipos de resposta: a humoral, que é o desenvolvimento do anticorpo, e a celular, que não tem como medir. O teste de anticorpo neutralizante avalia a resposta humoral. Você pode ter desenvolvido o celular.

É preciso tomar de novo? Não. A gente sempre diz que a eficácia das vacinas é com base nos estudos. Isso é verdade. Se toma a vacina, reduz os casos graves, a mortalidade.

Essa demanda cresceu? Ela vem crescendo paulatinamente. De uma maneira geral, a gente ainda está com uma quantidade grande de testes de Covid. Eles hoje representam 9,7% da receita total do grupo. Nos trimestres anteriores, a gente tinha um percentual até maior.

Durante este ano ainda devemos ter testes de Covid, porque a vacinação ainda está em curso. As pessoas ainda vão avaliar tanto a infecção aguda quanto o desenvolvimento de anticorpos. Esperamos que, talvez, o percentual da receita não seja tão alto neste ano como em 2020, mas vai continuar acontecendo.

Qual é sua avaliação sobre a CPI da Covid? É uma situação muito triste que estamos vendo no Brasil, com tantas mortes. Nós, que estamos na área de saúde, desde o começo, aplicando protocolos de segurança, cuidando das pessoas, mantendo o atendimento na linha de frente, sabemos o quanto é difícil. Como médica, nosso foco é no avanço científico.



Jeane Tsutsui

Formada em medicina pela USP. Fez residência em clínica médica no HC da USP e em cardiologia no InCor. Tem doutorado em cardiologia pela USP e pós-doutorado na University of Nebraska. No Fleury desde 2001, atuou em cargos como diretora-executiva médica e diretora-executiva de negócios

Estimativa para 2021 é revista após impacto menor da pandemia

Continua da pág. A19

O indicador diário de atividade do Itau Unibanco registrou retração de quase 50% em março do ano passado em relação ao patamar anterior à pandemia. Dessa vez, a perda ficou em torno de 20%. No começo de maio, estava cerca de 10% abaixo do nível pré-crise.

Dados sobre gastos com cartões do Santander/Getnet mostram que, depois de uma queda forte em março, os gastos no varejo e com serviços voltaram a crescer em abril.

A recuperação se deu, principalmente, a partir da segunda quinzena do mês, com a reabertura de algumas atividades após a estabilização no número de mortes no país.

O economista do Santander Lucas Maynard afirma que os números mais positivos dos últimos meses colocam um viés positivo em relação às projeções atuais da instituição, feitas com base nos dados até janeiro, de crescimento de 0,2% no primeiro trimestre e queda de 0,6% no segundo.

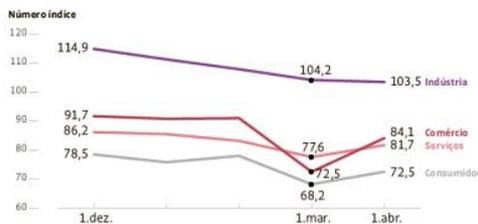
A projeção para o ano é uma alta de 3% do PIB.

Segundo Maynard, apesar do aumento nos níveis de mobilidade verificados em abril, permanece a dúvida sobre novas restrições geradas pela pandemia.

"Depende da questão sanitária, se vamos ter novas ondas, novas cepas que levem a gente a permanecer em um estado de restrição de mobilidade por mais tempo. Esse é o principal risco."

O economista José Márcio Camargo, da Genial Investimentos, revisou sua projeção de crescimento do PIB de 2021 de 2,7% para 3%, com expectativa de expansão de 0,1% no primeiro trimestre. Entre os

Índices de confiança em abril



Fonte: FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas)

1,5% foi a média de crescimento anual do Brasil de 2017 a 2019

0,1% foi a média anual de 2017 a 2020, ano em que começa a pandemia

motivos da revisão estão os indicadores econômicos acima do esperado no primeiro trimestre e a perspectiva de evolução da vacinação do segundo semestre.

"A reação da economia brasileira está melhor que o esperado, e os indicadores antecedentes de abril têm mostrado crescimento. Nossa avaliação é que o segundo trimestre pode ser também de crescimento, o que depende muito do comportamento da pandemia", afirma.

O indicador diário de atividade da Genial chegou a ficar cerca de 25% abaixo do nível pré-crise no começo de abril, mas já reduziu a queda para menos de 20%, como estava no início de março.

O professor Emerson Marçal, do Cemap FGV (Centro de Macroeconomia Aplicada da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), afirma que os efeitos econômicos da segunda onda serão bem menores, embora a questão sanitária tenha atingido patamares mais elevados do que em 2020.

O modelo de projeção do Cemap FGV aponta crescimento de 0,2% no primeiro trimestre, seguido por um trimestre negativo e um resultado positivo de 2,1% no ano.

Marçal afirma que as restrições ao crescimento neste ano não podem ser superadas por meio de mais estímulos à demanda, como no ano passado, quando a retração foi muito mais forte. Para ele, o único caminho é avançar na vacinação para que seja possível a retomada de atividades que dependem de aglomerações.

"Estou um pouco mais pessimista [que o mercado], porque o modelo está sugerindo que a recuperação vai ser um pouco mais lenta."

Na semana passada, o grupo de economistas de instituições associadas à Anbima (associação das entidades do mercado financeiro) revisou a projeção para o PIB do primeiro trimestre de queda de 0,4% para avanço de 0,5%.

Para o segundo trimestre, de estabilidade para queda de 0,77%. Para o acumulado do ano, foi mantida em 3,2%.

Para economista do Banco Mundial, retomada depende de agenda fiscal

Confiança na recuperação do Brasil virá com sinalização sobre reformas e melhora nas contas públicas, afirma uruguaio

ENTREVISTA
MARTÍN RAMAMartín Rama, 64
Economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, nasceu em Montevidéu, no Uruguai. É doutor em macroeconomia pela Université de Paris

SÃO PAULO A confiança dos investidores na recuperação do Brasil, após o baque provocado pela pandemia, depende do compromisso do governo com a agenda de reformas e da preocupação com a trajetória fiscal, avalia o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, Martín Rama.

O uruguaio, que participou do Fórum do Desenvolvimento da ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento), também diz acreditar que a maior parte dos países latino-americanos não tem conseguido exportar uma imagem de compromisso ambiental, o que afasta investidores.

Douglas Gavras

Como o mundo tem avaliado a forma como o Brasil e outros países latinos enfrentam a pandemia? Por um lado, foi uma sorte que a pandemia do novo coronavírus tenha chegado à América Latina depois de outros lugares —isso permitiu aprender lições e replicá-las.

Por outro, alguns países tiveram grande mortalidade. É cedo para avaliar com clareza. O Uruguai, por exemplo, teve baixa mortalidade em 2020, com menos gente saindo para trabalhar e usando máscaras. Mas neste ano tem uma das taxas de morte mais altas do mundo.

O segredo da recuperação é acelerar a campanha de vacinação? Nos países que vacinam massivamente, a vida começa a voltar ao normal. Para muitos latino-americanos, no entanto, não há perspectiva de vacinar grande parte da população antes do ano que vem. E, para esses países, o desafio é aprender a funcionar durante a pandemia.

Os investidores estrangeiros têm interesse no Brasil e em seus vizinhos neste momento? Há boas razões para que eles tenham interesse, uma das transformações da pandemia é que há um apetite por atrair cadeias de valor para outras regiões e reduzir a dependência da Ásia.

É há países latino-americanos que poderiam se beneficiar disso, como o México, pelos acordos que tem com Estados Unidos e Canadá. Provavelmente, se os países da região tivessem acordos de integração profundos, como o que se tentou entre Mercosul e União Europeia, isso seria mais fácil.

Os países que inspiram confiança daqueles nos quais não dá para confiar.

Os responsáveis pela política econômica precisam, portanto, pensar em como manter essa confiança, sobretudo se houver uma alta das taxas de juros mundialmente.

O Brasil inspira confiança? Os mercados, por agora, estão tranquilos. A queda do PIB no ano passado não foi tão grave, em grande parte em razão do enorme estímulo fiscal de 2020.

Acredito que muito da confiança no Brasil vai depender dos sinais que o governo der. Todo o mundo reconhece que a dívida está alta, mas estes também são tempos para do governo. Dependendo da clareza sobre as reformas e da trajetória de consolidação fiscal que o Brasil terá no futuro.

A questão ambiental tem atrapalhado a atração de investimentos para a América Latina? Podemos dizer que a região não tem se saído bem em vender uma imagem de sustentabilidade. Ela tem uma matriz energética limpa e baixo peso na emissão de poluentes. Há países, como a Costa Rica, que têm sido eficientes em exportar a imagem de preservação da natureza. Mas é preciso mostrar compromisso por meio de políticas complementares, mostrar que somos grandes produtores agrícolas, mas com obrigação de preservar o ambiente.

“Os países podem emitir dívida, e não há sustos nas Bolsas de Valores. Mas, se as coisas ficarem mais difíceis em nível global, o mercado vai começar a separar os países que inspiram confiança daqueles nos quais não dá para confiar”

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Freio de mão

A Qsaúde, empresa de planos de saúde fundada por José Seripieri Junior depois que ele saiu da Qualicorp, prepara uma estratégia que deve provocar o mercado no momento em que as operadoras estão sendo pressionadas para conter o aumento de preços da pandemia. A empresa anuncia nos próximos dias que não vai aplicar o reajuste anual em 2021 e promete manter a tabela com os valores definidos quando a Qsaúde foi lançada, em outubro do ano passado.

CONSULTA A ação tem impacto restrito porque a Qsaúde nasceu há apenas seis meses, inicialmente focada em São Paulo e com planos individuais e familiares, os quais são sujeitos a um teto máximo estabelecido pela ANS. Neste ano, o limite liberado pela agência reguladora foi de 8,14%.

BULA A iniciativa da Qsaúde, porém, tem um peso simbólico na pandemia: os planos coletivos, que têm o reajuste definido na relação comercial entre contratante e operadora, vêm sendo desafiados a adequar o modelo a um patamar de preços mais baixo.

LUPA Nesta sexta (7), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, se reuniu com o diretor do Procon-SP Fernando Capez, e ouviu a argumentação do órgão de que falta transparência no reajuste do plano coletivo.

BOLETO "O ministro concordou em estabelecer uma diretriz exigindo maior transparência. Haverá consulta pública da qual o Procon participará com sugestões. A expectativa é de uma mudança para que o consumidor saiba o que está pagando e por que os reajustes ocorrem", disse Capez.

BOLSO O volume de queixas de clientes por causa do aumento do preço dos planos de saúde subiu de 240 entre janeiro e abril do ano passado para 553 no mesmo período deste ano, segundo dados do Reclame Aqui. Em todo o ano de 2020, foram 749 reclamações sobre o assunto.

TELA A ONG de defesa do consumidor Idéc enviou um pedido à ANPD e à Senacon nesta sexta (7) para suspender a mudança na política de privacidade do WhatsApp até uma decisão final sobre o caso. Também nesta sexta, reguladores recomendaram que o app adie a regra, conforme antecipou o Painel S.A.

ENVIAR Para o Idéc, a mudança viola o Código de Defesa do Consumidor, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, além de representar um possível abuso de poder da empresa. O WhatsApp diz que está em contato com as autoridades e que atende às legislações.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



CIFRAS & CRIPTOATIVOS



Zoe Roth em frente a casa em chamas; imagem que virou meme foi leiloada por US\$ 473 mil @BenLashes no Twitter

Entenda o NFT, escritura digital que faz meme virar fortuna de US\$ 470 mil

Mercado do chamado token não fundível explode, se transforma em aposta de investidores de criptomoedas e gera expectativa de bolha

Paula Soprana

SÃO PAULO Só 12% dos americanos sabem o que é NFT, sigla para token não fungível, em inglês. Se nos Estados Unidos —onde estão os grandes entusiastas desse criptoativo— o conhecimento é baixo, pouco pode se esperar de outros países. O NFT é uma raridade no mercado: está no centro de uma possível bolha, e poucos entendem do que se trata.

No primeiro trimestre deste ano, o mercado do movimento esse ativo digital cresceu 131 vezes na comparação com igual período de 2020, segundo o NonFungible, que monitora o setor. Foram transações de US\$ 2 bilhões (R\$ 12,4 bilhões), grande parte para pagamento de obras de arte digitais milionárias.

Antes de explorar os motivos da atenção que esse ativo recebe da mídia americana, das celebridades e do mundo da arte, é preciso entender sua utilidade na internet.

O NFT funciona como um certificado de propriedade ligado a um produto digital —uma ilustração, um meme, ou uma fotografia, por exemplo. No mundo físico, equivaleria à escritura de uma casa. É considerado um criptoativo: carrega a promessa de valer algo no futuro, o que o difere de uma criptomoeda, que tem cotação diária (como o bitcoin, por exemplo).

Sua transação acontece em uma rede descentralizada de internet chamada ethereum, (da criptomoeda ether), onde as informações ficam registradas e com inviolabilidade garantida pela criptografia.

O fato de ser não fungível significa que é insubstituível. É o contrário da lógica da moeda: uma nota de R\$ 5 ou cinco moedas de R\$ 1 têm o mesmo valor. Já o NFT é exclusivo.

Os investidores desse mercado —uma elite financeira jovem com boa noção de tecnologia— compram peças digitais raras da internet que garantem essa espécie de selo de ostentação. Apostam que, ao adquirir um JPEG original, ganharão dinheiro depois.

Essa é uma das poucas explicações para que um investidor adquira uma cópia original de uma imagem difundida centenas de milhares de vezes nas redes sociais. Esse movimento começou a ganhar força em 2020, com uma capitalização de cerca de US\$ 338 milhões, sobre US\$ 41 milhões em 2018.

O ápice chegou neste ano. Em fevereiro, um leilão online vendeu um GIF viral de 2011: um gatinho correndo e deixando um rastro de arco-íris. O lance foi de 300 ether. Na época, equivaliam a US\$ 600 mil (R\$ 3,1 milhões). Desde então, outros dois casos foram emblemáticos para a popularização do NFT.

Em março, a obra "Todos os Dias: Os Primeiros 5.000 Dias", do artista americano Bleep, foi vendida na casa de leilões britânica Christie's por cerca de R\$ 387 milhões. Em abril, a fotografia da criança de sorriso sarcástico em frente a uma casa pegando fogo —um meme que roda a internet mundo afora— foi leiloada por US\$ 473 mil. Quem vendeu a imagem foi a menina da foto, Zoe Roth, hoje com 21 anos.

A imagem foi registrada por seu pai, em 2005, quando a família morava próxima ao Corpo de Bombeiros de Mebane, na Carolina do Norte. Toda vez que o meme for comprado em sites especializados, a família de Zoe receberá 10% do valor. Jack Dorsey, fundador do Twitter, vendeu seu primeiro tuit por quase US\$ 3 milhões. A cantora Grimes, esposa de Elon Musk, da Tesla, vendeu quase US\$ 6 milhões com suas músicas no mercado NFT.

Com tanto dinheiro gasto em pouco tempo, especialistas começaram a alertar para a formação de uma bolha digital, que envolve tanto o mercado de arte e entretenimento como o setor de criptomoedas, altamente volátil.

"Claro que é uma bolha, mas não acho que vá estourar e acabar com o mercado. Pelo contrário, vejo como o início de uma nova onda no mercado criativo de internet", diz Courtney Guimarães, cientista-chefe de blockchain da Avande e cofundador da Tropix —que mira esse mercado.

Elitista e muito específico, esse nicho passou a ser referenciado como o de colecionadores digitais. Tornou-se popular por três razões principais: a alta no mercado de criptomoedas, as mudanças de consumo na pandemia e o crescimento de fintechs baseadas em blockchain.

Investidores de moedas digitais que ganharam muito dinheiro em um curto período de tempo precisaram diversificar seus aportes. Em 8 de maio de 2020, o valor do mercado global de criptomoedas

COMO COMPRAR UMA CRIPTOARTE Embora o token NFT possa ser utilizado para a compra e a venda de qualquer item digital —há quem considere um tuíte produto comercial—, a ideia foi abraçada pelo mercado de arte digital. Adquirir uma peça, no entanto, não é simples para quem não está acostumado com o mundo de criptomoedas. Além de arcar com o alto risco de desvalorização, é preciso transferir o dinheiro a uma corretora para que seja convertido em ether, criar uma carteira digital, pagar o imposto para a transação no blockchain e contar com a sorte para que criptoartista vendedor do NFT seja, de fato, o autor da obra. Os sites especializados na venda de ilustrações, GIFs e outras peças audiovisuais mais populares são OpenSea, Rarible e Nifty Gateway.

e criptoativos era de US\$ 264,7 bilhões. Nesta sexta (7), ultrapassa US\$ 2,36 trilhões, segundo dados da Coin Market Cap.

"O NFT é um mercado completamente experimental. Há uma demanda reprimida por escassez com pessoas que ganharam muito dinheiro, e as obras desses artistas representam isso", avalia Gabriel Aleixo, desenvolvedor de negócios na rede Hathor, plataforma de blockchain. A escassez, como dita a regra, aumenta o preço do produto.

A bolha.com, que estourou de 1999 a 2000, matou todos os negócios não sustentáveis. Com o entusiasmo dos serviços na internet comercial, empresas do setor, mesmo sem modelos de negócio estruturados, atraíram dinheiro fácil de investidores. Sobreviveram as grandes companhias que hoje dominam o mercado de internet, como Google, Amazon e Microsoft.

Para alguns especialistas, o NFT pode tomar o mesmo rumo, nas devidas proporções. Mesmo que perca o apelo e a iminente bolha estoure, ainda pode sobreviver e garantir uma nova forma de remunerar artistas e criadores de internet. "NFT é claramente uma bolha, mas a tendência a partir desse movimento não se restringe à bolha", diz Aleixo.

O próprio Bleep, artista que vendeu a obra na Christie's, concorda que é alvo de uma tendência financeira muito pouco estável. Por outro lado, trabalha há 15 anos com arte digital, e o NFT foi um meio de garantir o reconhecimento da sua peça em meio a tantas reproduções.

Uma corrente defende o modelo do NFT como uma opção inovadora para remunerar artistas independentes na internet. Outra, garante que tudo é fruto de especulação.

A tecnologia, no entanto, chama a atenção de pesquisadores do campo do direito autoral. "Há discussões que tratam o NFT como uma forma de criação de valor e escassez na cultura, garantindo que artistas tenham controle sobre suas obras", diz Mariana Valente, professora do Insper e diretora do InternetLab.

Um dos principais gargalos desse sistema é que não é possível comprovar que o criador do token é o autor da obra digital. Assim, o NFT garante exclusividade, mas nem sempre autenticidade.

mercado

Estrago duradouro

Será difícil consertar a desorganização do processo orçamentário

Marcos Mendes

Pesquisador associado do Insper, é autor de "Por que é Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil?"

Há quem considere o imbróglio do Orçamento de 2021 um evento fortuito, resultado de incompetência da articulação política ou briga entre ministros. Sancionada a lei orçamentária, o mercado deu o episódio por encerrado e viu queda no risco fiscal. Por trás das trapalhadas, contudo, há deterioração institucional que vem se agravando a cada ano e será difícil consertar. Nas democracias com vários partidos, a formação de maioria do governo no Parlamento passa pela divisão do poder. Os cargos ministeriais são distribuídos na mesma proporção da representação partidária.

No Brasil, é mais difícil, pois nosso sistema eleitoral gera grande fragmentação partidária. Para ter maioria, é preciso juntar uma dezena de partidos. Além disso, não estamos em regime parlamentarista, que induz a formação de coalizões. Mas não é impossível, e depende da capacidade de quem ocupa a Presidência da República. Governo de coalizão nada tem a ver com corrupção. Ministro indicado por um partido que comete ato ilícito pode ser demitido e processado. Se seu partido quiser protegê-lo, que saia da coalizão. O atendimento de interes-

ses parlamentares, através de emendas ao Orçamento, é um instrumento adicional de governabilidade no nosso sistema torto. As regras eleitorais brasileiras estimulam os parlamentares a fazer campanha individualmente. Eles precisam de um gasto para chamar de seu. As emendas funcionam como recompensa à fidelidade ao governo. Reforçam a coalizão negociada com as lideranças partidárias. Quando o Poder Executivo não divide os cargos ministeriais na proporção da representação parlamentar, a reação dos congressistas é pesar a mão

no Orçamento. Já que não governam diretamente, assumindo ministérios, tentam influir indiretamente, aumentando o controle sobre o Orçamento. Dilma e Bolsonaro não formaram governos de coalizão. A reação do Congresso foi alterar a Constituição para aumentar seu controle sobre o Orçamento. Ai começou a deterioração institucional. Em março de 2015, foi aprovada a EC (emenda constitucional) 86, que fixou uma cota mínima obrigatória de emendas individuais. Em junho de 2019, a EC 100 aumentou a dose, criando as emendas obrigatórias

de bancadas estaduais. Em dezembro de 2019, a EC 105 permitiu o uso de emendas individuais para transferir dinheiro diretamente para estado ou município, sem vinculação a projeto ou atividade. O deputado pode reforçar o caixa da prefeitura que é comandada por um parente. O processo se agravou na LDO para 2020, quando foi ressuscitada a "emenda de relator", usada na época dos anos do Orçamento. O relator voltou a ter poder para alterar parcela grande das dotações. Ministros que queiram mais verbas, em vez de ir ao Ministério da Economia, passam a ter que obter a bênção do relator. Essa função, que antes se extinguiu com a aprovação da lei orçamentária, agora gera poder durante todo o ano. Parte relevante da execução do Orçamento passou para as mãos do Congresso. Uma simples realocação emergencial de verbas precisa da anuência do relator. O Parlamento nem sequer

se deu ao trabalho de recriar a emenda de relator via PEC. O fez em lei ordinária (LDO). Quando o presidente da República vetou, o Congresso derrubou o veto. Ficou claro quem manda. A confusão do Orçamento de 2021 se deu em torno dessas emendas. Elas vieram para ficar e vão gerar problemas também nos próximos anos. Teremos cada vez mais pulverização de recursos em emendas parciais, empoçamento de verbas que não são gastas nem realocadas pelo relator, falta de dinheiro para investimentos de grande porte definidos pelo Executivo e pressão por mais gastos. Pode piorar. O Congresso começou a discutir o desmonte da reforma eleitoral de 2017 e a criação do chamado voto "distritado". Isso agravará a fragmentação partidária e o individualismo eleitoral dos parlamentares. Ficará ainda mais difícil formar coalizões. Aumentará a pressão sobre o Orçamento.

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Rio aprova redução de ICMS na aviação para atrair mais voos

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O governo do Rio aprovou nesta semana redução na alíquota de ICMS sobre o querosene de aviação, em um esforço para competir com outras capitais na atração de voos de conexão com outras cidades brasileiras. A proposta, aprovada pela Assembleia Legislativa, reduz de 12% para 7% a alíquota até

o fim de 2035 para empresas que se dispuserem a operar em hub, sistema de conexão internacional de voos, ou em aeroportos do interior. Vale também para voos de helicópteros, excluindo os usados para transporte de trabalhadores a plataformas de petróleo. O projeto foi apresentado aos deputados pelo Executivo estadual, mas o Palácio da Guanabara disse que a

sancão depende ainda de avaliação do governador Cláudio Castro (PSC), que tem até o próximo dia 25 para decidir. O projeto pode equiparar o Rio a outros estados que, por suas condições tributárias melhores, atraem mais voos", disse, em nota, o secretário estadual de Turismo, o deputado licenciado Gustavo Tutuca. "Só com a notícia da deliberação do projeto,

muitas empresas se interessaram pelo aeroporto do Galeão, por exemplo, que precisa retomar os voos internacionais." Em 2019, São Paulo tomou iniciativa semelhante, ao reduzir para 12% a alíquota de ICMS sobre o combustível, que representa entre 35% e 40% dos custos das companhias aéreas. Como contrapartida, exigiu a oferta de 490 novos voos semanais

para 21 estados e 38 aeroportos, além da criação de seis novos destinos dentro de São Paulo. "A redução do ICMS sobre o querosene aéreo é parte do nosso plano para incrementar o turismo em todo o estado, gerando emprego e renda para o maior número de brasileiros", disse, na ocasião, o governador João Doria (PSDB). Também em 2019, o Rio havia aprovado decreto parecido,

com alíquota variando de acordo com a quantidade de assentos disponibilizados pelas companhias aéreas: de 7% para as empresas com mais de 90 mil assentos semanais a 10% para aquelas com 12 mil a 40 mil assentos semanais. A aprovação do novo projeto ocorre um mês depois de licitação do governo federal para conceder 22 aeroportos no Brasil.



VOCÊ SABIA?

FOLHA ***
FOLHA ***



FOLHA ***
FOLHA ***



Acesse também pela câmera do seu celular.

COM OS APPS DA FOLHA VOCÊ CONTA COM A NOSSA EDIÇÃO PARA SABER O QUE É RELEVANTE.

O assinante pode acessar os apps da Folha e ter grandes benefícios, como dar acesso grátis a até 5 pessoas ao mesmo tempo, tudo com a nossa curadoria para você saber o que é mais relevante no momento.

Faça sua assinatura digital em folha.com/ofertaespecial

APENAS

R\$ 19,90

NOS 3 PRIMEIROS MESES

a partir do 4º mês R\$ 29,90

Se preferir, fale com nosso assistente: 11 3224-3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades).

FOLHA100

Relatora vota por excluir ICMS de PIS/Cofins a partir de 2017

STF começa a decidir quando valerá a retirada do imposto da base de cálculo de tributos da União. Medida pode custar até R\$ 258,3 bilhões

MARIANA MUNIZ
mariana.muniz@sboblog.com.br
BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou ontem a decidir o desfecho de um impasse bilionário entre a União e empresas em torno da retirada do ICMS da base de cálculo de PIS e Cofins, que são tributos federais. A mudança de regra foi decidida pela Corte em 2017, mas o governo tenta limitar os efeitos da medida, que, na práti-

ca, reduz o montante sobre o qual os impostos federais incidem. Isso é positivo para contribuintes, mas preocupa a equipe econômica, que teme que o Fisco tenha que ressarcir companhias em até R\$ 258,3 bilhões, segundo cálculos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

No recurso apresentado ao Supremo, a União pede para que os efeitos dessa decisão só passem a valer a partir do fim do julgamen-

to iniciado ontem e sem que haja exceções. Ou seja, pelo pleito do governo federal, os recursos apresentados na Justiça a partir de 2017 não seriam beneficiados pelo entendimento do STF.

A primeira e única a votar até o momento foi a ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, entendeu que a decisão deve ter efeitos a partir da data do julgamento de quatro anos atrás — 15

de março de 2017 — com a exceção das ações judiciais e administrativas que já haviam sido protocoladas.

QUEDES SE REUNIU COM FUX

As empresas questionam o cálculo do governo, e argumentam que ignorar o passivo de quatro anos pode prejudicar os balanços das companhias. A sessão será retomada hoje.

O imbróglio é de longa data e de interesse para compa-

nias de vários segmentos. Já existe até um mercado para venda de créditos em cima dos direitos previstos pelas empresas nas ações que tramitam na Justiça.

Nos bastidores do Supremo, a expectativa é que a posição de Cármen, vista como ponderada, seja adotada pela maioria dos ministros, sem muitas divergências. Vale lembrar que, para que haja a modulação dos efeitos, é preciso que oito minis-

tros acompanhem a tese vencedora, embora exista uma discussão jurídica de que a medida seja possível com a partir de seis votos.

Nas últimas semanas, a equipe econômica tem se movimentado para evitar o impacto fiscal do julgamento, que chegou a ser apelidado por advogados de “tese do século”, devido ao seu potencial bilionário. No fim de abril, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu com o presidente do STF, ministro Luiz Fux, para pedir que o Supremo faça a chamada modulação de efeitos para restringir o impacto da medida.

MUDANÇA DE REGRA

SETOR FARMACÊUTICO

STF derruba proteção a produtos com patente em vigor há mais de 20 anos

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
E MARIANA MUNIZ
economi@oglobo.com.br
SÃO PAULO BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem por 8 votos a 3 derrubar em caráter imediato as patentes de produtos farmacêuticos que já estejam em vigor há mais de 20 anos no país. Na semana passada, a Corte já havia julgado inconstitucional um mecanismo previsto na legislação de patentes que permitia às empresas prorrogar automaticamente o prazo de proteção aos produtos caso houvesse demora na análise do pedido no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Ontem, os ministros decidiram quando os efeitos desta decisão entram em vigor e para quais setores. Para as 3.435 patentes da área de saúde, a decisão é retroativa, ou seja, não é possível hoje prorrogar o prazo de proteção ao produto depois de completados 20 anos. Muitos destes medicamentos têm custo alto e o fim do mecanismo, que permite tempo extra de proteção, abrirá espaço para a fabricação de alternativas a custo menor, os chamados genéricos. A mudança, de acordo com um documento assinado por oito ex-ministros da Saúde (José Serra, José Gomes Tempo-

rão, Arthur Chioro, José Saraiva Felipe, Humberto Costa, Alexandre Padilha, Argenor Alvares e Barjas Negri) divulgado há algumas semanas, poderia levar a uma economia de mais de R\$ 3 bilhões na compra de remédios pelo SUS.

DE CâNCER A DIABETES

A Procuradoria-Geral da República (PGR) moveu a ação no STF em 2016 pedindo a derrocada do dispositivo que permitia estender o prazo de proteção de produtos com o argumento de que ele era inconstitucional. Em média, esse prazo adicional era de três anos e meio

no país. No processo, a PGR menciona 74 medicamentos que se amparavam nessa vigência prorrogada da patente. A lista abrange desde medicamentos usados para HIV, câncer, diabetes, até disfunção erétil e contra o tabagismo. Está na lista, por exemplo, o anticoagulante Xarelto (rivaroxabana), hoje patenteado pela Bayer, usado no tratamento de trombose. Procurada, a Bayer afirmou que ainda está avaliando os reflexos da decisão em seus negócios.

O antiviral Avigan (favipiravir) também está na lista dos produtos que devem ter sua patente expirada. O fármaco

Avastin (bevacizumab), usado na quimioterapia de alguns tipos de câncer, e o Halaven (eribulin mesylate), utilizado no tratamento de câncer de mama e lipossarcoma, têm hoje patentes estendidas até novembro de 2026 e janeiro de 2025, respectivamente, mas também serão afetados pela decisão do STF.

Fabricado pela Pfizer, o remédio Champix (varencilina tetrato), usado para pacientes que querem parar de fumar também está na lista.

Em seu voto, o relator, ministro Dias Toffoli, defendeu a retroatividade para o setor de saúde.

— A situação excepcional

caracterizada pela emergência de saúde pública decorrente da Covid-19 elevou dramaticamente a demanda por medicamentos e por equipamentos de saúde de forma global, com a elevação dos ônus financeiros para a administração pública e para o cidadão na aquisição desses itens — disse Toffoli.

O ministro acrescentou ainda que levava em conta o aumento global da demanda por itens de saúde, os gastos públicos e os do cidadão com produtos de saúde, o que tornaria inadiável a retroatividade da decisão para medicamentos e produtos de uso em saúde.

Os ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Marco Aurélio votaram contra a proposta de Dias Toffoli por entender que o dispositivo da lei deveria retroceder para todas as patentes, sem exceções.

CASOS DE JUDICIALIZAÇÃO

A decisão do STF também terá efeitos retroativos nos casos em que já existia judicialização sobre a vigência da patente com o argumento da inconstitucionalidade da extensão. Para isso, é necessário que a ação tenha sido iniciada até 7 de abril deste ano.

Excluindo da conta o setor de saúde, existem 27.203 patentes de outros segmentos, como eletroeletrônica e telecomunicações, cujos efeitos da decisão só valem daqui para a frente. Ou seja, neste universo, os produtos que contam hoje com a proteção por meio do prazo estendido continuarão contando com essa garantia. A partir da data da publicação da ata do julgamento, porém, nenhuma patente no país poderá ter prazo prorrogado por mais de 20 anos, que é o prazo definido na lei no caso das patentes de invenções.

Apesar da mudança futura, os outros segmentos comemoraram a decisão afirmando que ela traria insegurança jurídica e seria um desincentivo à inovação.

O parágrafo único do artigo 40 da lei de Propriedade Intelectual, derrubado pelo STF, previa que a vigência da patente a partir da concessão pelo INPI não poderia ser inferior a dez anos. Como o órgão costuma demorar para fazer a análise dos pedidos, a extensão automática era comum e fazia com que um produto continuasse protegido por lei por prazo superior a 20 anos.



Impacto da Covid-19. Em seu voto, o relator Dias Toffoli destacou o aumento global da demanda por produtos de saúde durante a pandemia para votar pelo efeito imediato da decisão para o setor

Para fabricantes de genéricos, decisão vai reduzir preços

Argumento é que será possível lançar mais rapidamente opções de remédio a custo menor. Para opositores, há desincentivo à pesquisa

SÃO PAULO

A solução dada pelo STF favoreceu o ponto de vista de grupos farmacêuticos brasileiros, grandes produtores de genéricos e que, agora, poderão lançar no mercado nacional similares das patentes que serão quebradas após a decisão da Corte. O principal argumento de quem defende a mudança é o barateamento dos custos pagos pelo SUS por medicamentos que tiveram a patente prorrogada com base no dispositivo da lei agora derrubado.

Para Reginaldo Arcuri, presidente-executivo do Farma

Brasil, que reúne laboratórios brasileiros como Aché, Eurofarma, EMS e Libbs, a decisão traz benefícios à sociedade porque permite o lançamento de mais medicamentos similares por menor custo.

— A modulação era juridicamente previsível. Sempre que você declara inconstitucionalidade de uma norma ou de parte dela, ela precisa parar de valer imediatamente. Na prática, é o que vai acontecer no setor da saúde. Quem teve os 20 anos de gozo da proteção de patente, já usufruiu o tempo previsto pela lei — disse ele.

Felipe Carvalho, da ONG Médicos Sem Fronteiras no

Brasil, também elogiou a decisão da Corte.

“O STF corrige um erro histórico que tornou, nas últimas décadas, o preço dos medicamentos mais alto, por mais tempo, ameaçando a sustentabilidade do sistema de saúde e prejudicando o acesso de milhões de pessoas a medicamentos essenciais”, afirmou em nota.

Um grupo formado por ex-ministros da Saúde e pesquisadores chegou a divulgar um manifesto em que defendia a mudança na lei. O manifesto cita estudo da UFRJ publicado ano passado que analisa o efeito da extensão de patentes em nove

medicamentos comprados pelo SUS. O gasto com a compra dos remédios foi de R\$ 10,6 bilhões entre 2014 e 2018, e a economia potencial projetada caso a extensão não existisse seria de R\$ 3,9 bilhões.

REDUÇÃO DE EMPRESAS

Por outro lado, a medida tomada agora pelo STF contraria a visão de multinacionais farmacêuticas, que defendiam a manutenção da lei com a previsão de extensão automática das patentes, sob o argumento de que a demora do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) em analisar os

pedidos de registro de patente limitava o direito à propriedade intelectual.

Para o advogado Otto Licks, que argumentou no processo contra a inconstitucionalidade da extensão das patentes, a decisão do Supremo desincentiva o investimento em pesquisa e inovação e traz incertezas sobre a aplicação do acórdão.

— As discussões dos ministros fazem referência a medicamentos usados na saúde humana, mas como ficam os efeitos em algo que também é usado na saúde animal? Há dúvidas. Fato é que a decisão tem impacto severo no sistema de paten-

tes. O INPI deverá mudar rápida e severamente a forma como trabalha ou haverá judicialização para que as concessões sejam mais rápidas — afirmou.

O INPI hoje leva, em média, 8 anos e 8 meses para conceder patentes, mas há discrepâncias na duração dos trâmites entre os diversos setores. Na área da saúde, por exemplo, o prazo médio supera os 12 anos, de acordo com Licks.

— Quando você não tem um ambiente que permita à indústria de pesquisa investir e prosperar, pode haver diminuição das empresas instaladas no Brasil e diminuição das opções terapêuticas. A decisão do STF traz dificuldades adicionais aos setores farmacêutico e de equipamentos médicos — ressaltou o advogado. (Ivan Martínez-Vargas)

MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriam.leitao@oglobo.com.br

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



O falso testemunho

Pegue-se de qualquer ponto o depoimento que o ex-secretário Fabio Wajngarten deu à CPI e é possível encontrar uma inconsistência. Foi tanta mentira e contradição que, durante a tarde, instalou-se uma discussão entre o presidente Omar Aziz e o relator Renan Calheiros. O relator queria prender. O presidente, não. Renan temia a desmoralização, Aziz disse que estava salvando a CPI. A prisão faria a Comissão Parlamentar escalar o grau de conflito. A não prisão daria a qualquer um o direito de mentir ali. Cada um dos dois tinha um ponto, não era fácil decidir. Senadores que a coluna ouviu acham que era caso de prisão. O se-

nador Alessandro Vieira, que é suplente, quando acabou de interrogá-lo e pegar novas contradições, concluiu:

— Eu apenas reforço, e pode ser uma tendência desta comissão. Não há nisso ameaça. Há um justo alerta à testemunha. Cabe ao senhor presidente determinar se é o caso de prisão em flagrante por mentir à CPI. Essa decisão será constante. É impressionante vir aqui e agir com essa desfaçatez.

Wajngarten negou que tivesse dito à “Veja” que foi incompetência do Ministério da Saúde. A “Veja” postou o áudio em que ele dizia “incompetência, incompetência”. A senadora Leila o colocou para ser ouvido. Ele disse que fez 11 campanhas vinculadas à pandemia. O senador Humberto Costa mostrou que algumas eram para estimular as pessoas a saírem para as ruas. O senador Tasso Jereissati perguntou sobre a campanha “O Brasil não pode parar”. Ele alegou desconhecimento, dizendo que em março do ano passado estava em casa com covid. Na época, deu entrevista a Eduardo Bolsonaro dizendo que de casa continuava trabalhando e aprovando campanhas.

“Eu sou uma prova viva de que mesmo testado positivo, a vida segue normal, tenho feito calls com ministros, com a Secom, tenho aprovado campanha, tenho conversado com os criativos das agências. Então a vida segue”, disse ele ao filho do presidente. Terminou di-

zendo que a pandemia não era essa “agonia que uma parte da mídia anda veiculando”.

Wajngarten entrou em contradição até com o que disse durante o depoimento. Afirmou que não negociara com a Pfizer. Repetiu várias vezes para o senador Renan Calheiros que apenas fizera três contatos, para ajudar o Brasil a ter “a melhor vacina do mundo”. Depois, relatou diálogos próprios de negociação. Disse, por exemplo, que em determinado momento eles ofereceram apenas 500 mil doses:

O dia da mentira na CPI. Foram tantas falsidades de Wajngarten que no final do dia o saldo era de novo negativo para o governo

— Eu disse a eles que isso é menos do que um bloco da Avenida Paulista e que a conversa não continuaria se eles não mudassem de postura. Vi

que havia um espaço para negociação.

Ao falar das cláusulas “leoninas” do contrato da Pfizer que justificariam o que ele mesmo denunciara como incompetência, ou seja, o atraso no acordo com a farmacêutica, ele disse que consultara o jurista Ives Gandra, pai, para saber o que era o contrato de adesão. E que Gandra dissera que isso jogaria toda a responsabilidade sobre o governo brasileiro, por eventuais efeitos adversos. Ao senador Alessandro Vieira, ele contou que falou sim com Ives Gandra, mas

apenas “ontem” (terça-feira).

— Então, o senhor apontou que esse foi o motivo para não comprar a vacina, mas só ontem o senhor ficou sabendo disso com o Gandra? — perguntou Vieira.

— Eu não o conhecia.

O que houve foi o seguinte. Numa briga interna do governo, Wajngarten desentendeu-se com o marqueteiro do general Pazuello, conhecido como Markinhos Show. Pazuello, ao sair, insinuou que houve gente querendo “pixulé” na compra de vacinas. Wajngarten então deu a entrevista à “Veja” atacando o Ministério da Saúde. Chamado à CPI, foi com a missão de blindar o presidente e sem compromisso de dizer a verdade, apesar da obrigação legal de fazê-lo. Que ele mentiria ficou claro logo no início, quando o senador Renan Calheiros perguntou que impacto tinha, na opinião pública, aquela sucessão de falas “estapafúrdias” do presidente contra a vacina e a favor de aglomeração. Wajngarten, que se apresentara como especialista em análise de dados na área da comunicação, soltou a frase: “Não sei qual o alcance de uma fala presidencial.” Era mentira, evidentemente. O que seria um dia a favor do governo acabou virando contra pelo volume das falsidades. Por isso o senador Flávio Bolsonaro desembarcou na comissão. Para criar conflito. Foi quando chamou Renan de “vagabundo”. O depoimento foi enviado ao Ministério Público.

Guedes quer dividir reforma tributária entre Câmara e Senado

Plano em discussão com Congresso é apresentar quatro projetos, dois em cada Casa, que tramitariam ao mesmo tempo

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

O governo discute com integrantes do Congresso dividir o andamento da reforma tributária entre a Câmara e o Senado em projetos que tramitariam ao mesmo tempo nas duas Casas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), concordaram que a mudança no sistema de impostos deverá andar de forma fatiada.

Guedes discutiu o assunto nesta semana com Pacheco. De acordo com interlocutores dos dois, o presidente do Senado decidiu se engajar no andamento da proposta e concordou no fatiamento da reforma.

A ideia de Guedes é que a reforma seja dividida em quatro partes — ou “capítulos”, como ele se refere. Duas partes começarão a tramitar pela Câmara e duas pelo Senado. Após a aprovação em uma Casa, os projetos serão enviados para a outra.

A primeira parte da reforma

já foi enviada pelo governo e está sob análise dos deputados. Trata-se da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir da unificação de PIS e Cofins. A intenção do ministro é que estados possam aderir ao sistema, com a inclusão do ICMS na conta. Mas cada estado teria direito a decidir se entra ou não na CBS. Esse modelo é chamado tecnicamente de IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) Dual.

NOVOREFIS

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou ontem o relatório de uma proposta mais ampla, discutida numa comissão de deputados e senadores. A comissão especial na Câmara que receberia esse material foi extinta por Lira e, por isso, o relatório não terá validade. O governo é contra esse texto porque obriga estados a entrarem na reforma, o que poderia forçar a União a criar um fundo para compensar as eventuais perdas.

Outra etapa da reforma defendida pelo governo trata do IPI. O plano é tornar o imposto

um tributo seletivo apenas para bens que geram externalidade negativa (efeitos adversos), como cigarro e bebida.

Na terceira etapa, o governo pretende tratar do tributo sobre renda. A ideia é reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica como forma de fomentar a atividade econômica. Porém, ao mesmo tempo, o objetivo é criar impostos sobre lucros e dividendos, hoje isentos, além de tributar outros produtos financeiros.

Nas reuniões internas entre o governo e o Congresso, está sendo discutido por onde começariam tramitar cada um dos projetos.

O quarto capítulo da reforma tributária deverá começar pelo Senado e vem sendo chamado de “passaporte tributário”. A intenção nesse caso é ampliar as renegociações com devedores, permitindo o pagamento de débitos com a União (com desconto) e o fim de discussões judiciais.

Esse projeto é uma forma de atender aos pedidos de Pacheco, que quer um novo Refis (desconto em dívidas).



Andamento. O ministro Paulo Guedes defende que a mudança no sistema de impostos deve ser feita de forma fatiada

O que será tratado em cada 'capítulo'

> **CBS.** Já sob análise da Câmara, o projeto prevê a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir da unificação de PIS e Cofins. A inclusão do ICMS seria permitida, mas caberia a cada estado a decisão de aderir ou não à CBS.

> **IPI.** O plano é tornar o imposto um tributo seletivo apenas para bens que geram externalidade negativa, que são efeitos adversos, como cigarro e bebida. Ainda não está definido se começaria a tramitar pela Câmara ou pelo Senado.

> **Tributo sobre renda.** A ideia é reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e, ao mesmo tempo, criar tributos sobre lucros e dividendos, hoje isentos, além de taxar outros produtos financeiros. Também ainda não está decidido se começaria a tramitar pela Câmara ou pelo Senado.

> **Débito tributário.** Deve começar pelo Senado e vem sendo chamado de “passaporte tributário”, pois ampliaria as renegociações com devedores, permitindo o pagamento de débitos com a União com desconto e o fim de discussões judiciais.

Guedes tem resistências ao Refis e ofereceu a negociação tributária, que vem sendo aplicada desde o ano passado.

O plano de Guedes é, em um capítulo posterior, depois que as quatro etapas forem aprovadas, discutir o que vem sendo chamado de “imposto digital”. Seria um imposto sobre transações eletrônicas, com o objetivo de reduzir os tributos sobre a folha de pagamento das empresas.

Ao apresentar o parecer de reforma elaborado na comissão mista, Ribeiro voltou a defender uma proposta ampla, criticada por Lira e pela equipe econômica.

— Estamos tratando aqui da reforma com foco no consumo, que talvez hoje seja o maior problema que nós temos no custo Brasil — argumentou. (Colaborou Fernanda Trisotto)

Eletrobras: governo tenta mudar relatório

Diante da avaliação de que proposta inviabiliza privatização da estatal, integrantes do Executivo se reúnem com deputado Elmar Nascimento para buscar alterações no texto. Parlamentar recua da ideia de deixar R\$ 5,8 bilhões sob gestão da Codevasf

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Depois de o relatório da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobras, apresentado pelo deputado federal Elmar Nascimento (DEM-BA), desagradar ao governo, integrantes dos ministérios da Economia e de Minas e Energia e da Casa Civil tiveram reuniões com o parlamentar na terça-feira e ontem. A ideia é fazer com que ele mude seu texto, que, na opinião de técnicos do governo, inviabiliza a privatização.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também deve conversar nesta semana com o deputado. O governo tem dito a Nascimento que mudanças feitas na proposta podem impedir a operação de venda da estatal. Integrantes do Executivo afirmam nos bastidores que, do jeito que o relatório da MP foi apresentado, não adianta sequer aprovar a proposta.

Nascimento disse ao GLOBO que as conversas com o governo "avançaram bastante", mas que o texto precisa ter o apoio dos líderes.

—O relatório não é meu, ele precisa ter amparo na maioria dos líderes da base aliada ao governo. O que for bancado pelos líderes, vou colocar no relatório — disse, negando que as mudanças impeçam a operação: — Todos os pontos que

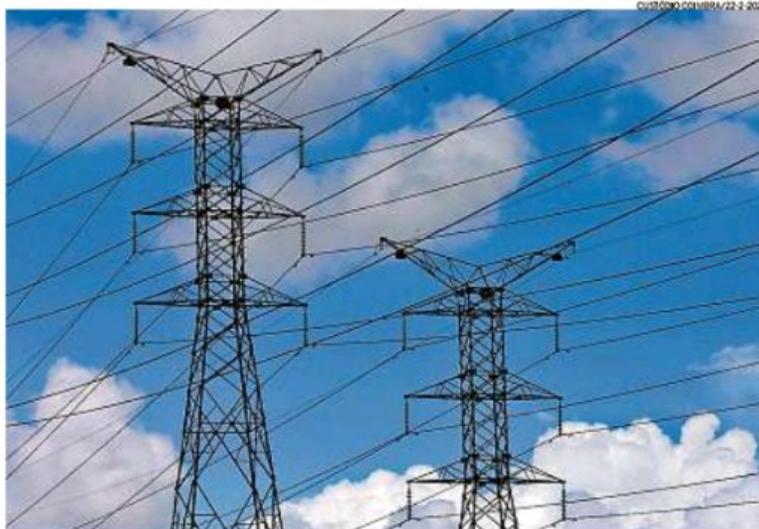
representem algum empecilho serão retirados.

Apesar do tom amistoso, o governo diz internamente que o relator não foi "convencido" de que é necessário fazer mudanças no texto. Ainda não há o texto oficial que será votado. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é votar a MP na próxima terça-feira. O texto precisa ser analisado até o dia 22 de junho na Câmara e no Senado para não perder a validade.

APOIO DA MAIORIA

Alguns pontos do relatório chamaram a atenção do governo, como uma permissão para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) intervir no mercado e a possibilidade de criar em lei uma dívida de R\$ 80 bilhões para a estatal. Nascimento disse que vai analisar as sugestões enviadas pelo governo antes de tomar uma decisão, ressaltando que o texto votado precisa ter apoio da maioria.

Um dos idealizadores do modelo da privatização da Eletrobras, durante a gestão Michel Temer, o engenheiro Paulo Pedrosa avalia que, da forma como o relatório da MP foi apresentado, é melhor o governo abrir mão da privatização. Atual presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), ele afirma que o parecer cria custos para o setor.



Linhas de transmissão. Relatório prevê que Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) poderá intervir no mercado



“O parecer do relator repete o que fez do Brasil o país da energia barata e da conta cara. Cria reserva de mercado e compras compulsórias, contra o que o setor deve ser, livre e com competição”

Paulo Pedrosa,
presidente da Abrace

— Do jeito que está o relatório, é melhor não aprovar a MP. É melhor enxugar a Eletrobras e fazer dela uma empresa pagadora de dividendos — disse Pedrosa, acrescentando: — A indústria entende que o importante é avançar na modernização do setor elétrico. Em vez de apontar no rumo certo, o relatório está apontando no atraso, que retira competitividade, investimentos e empregos do país.

Pedrosa destaca também que o relatório prevê a contratação de usinas termelétricas em locais específicos, o que obriga o consumidor a pagar pelo custo de gasodutos — que, para ele, precisam

se justificar economicamente, e não por imposição legal. Segundo o texto, haveria também a necessidade de contratar pequenas usinas hidrelétricas em regiões pré-determinadas, assim como a prorrogação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que obriga os consumidores a comprarem uma energia mais cara.

— O parecer do relator repete o que fez do Brasil o país da energia barata e da conta cara. Cria reserva de mercado e compras compulsórias, contra o que o setor deve ser, livre e com competição — criticou.

Sobre esses pontos, o rela-

tor diz que está fazendo o que já estava previsto no planejamento energético do governo e que há demanda de deputados para isso.

AÇÕES TÊM QUEDA

O deputado porém recuou de uma mudança que poderia fortalecer uma estatal feudo do Centrão. Seriam destinados R\$ 3,5 bilhões por uma década para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Parnaíba. E mais R\$ 2,3 bilhões por dez anos para os reservatórios de Furnas (a maior parte em Minas Gerais). No total, seriam R\$ 5,8 bilhões.

O relator propôs inicialmente que esse dinheiro fosse gerido pela diretoria da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Agora, o recurso ficará sob responsabilidade de comitê comandado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

— Para evitar qualquer tipo de ruído, eu estou retroagindo a essa posição e colocando o comitê sob supervisão do MDR — disse Nascimento.

As mudanças nas regras que levaram o governo a prever dificuldades para a venda da empresa desanimaram o mercado financeiro. Ontem, os papéis ordinários da Eletrobras (ELET3, com direito a voto) encerraram com queda de 4,62% e os preferenciais (ELET6, sem direito a voto), de 3,77%.

Brasil vai recorrer à OMC contra restrições da Arábia Saudita

País suspendeu compra de aves de 11 frigoríficos e reduziu prazo de validade

ELIANE OLIVEIRA
E GLAUCE CAVALCANTI
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA/RIO

O Brasil recorrerá à Organização Mundial do Comércio (OMC) com uma ação contra a Arábia Saudita, caso o país mantenha as barreiras impostas às exportações brasileiras de carnes de aves. Há uma semana, de forma surpreendente e sem qualquer justificativa, os sauditas suspenderam compras de 11 frigoríficos brasileiros e ainda informaram à OMC que decidiram reduzir o prazo de validade para a aquisição desses produtos.

Os contatos com autoridades sauditas, tanto via embaixada em Brasília como naquele país, começa-

ram no mesmo dia do anúncio das restrições, na última quinta-feira. Porém, o governo brasileiro não obteve resposta ou constatou disposição para uma negociação.

COMITÊ DE ARBITRAGEM

Na terça-feira, a BRF, maior exportadora de frango do Brasil e sem unidades entre as 11 impedidas de exportar para o mercado saudita, informou ter sido notificada pelo Sistema de Informações Gerenciais Sanitários da OMC que a Autoridade Sanitária e de Alimentos Saudita (SFDA, na sigla em inglês) pediu a alteração do prazo de validade de frangos. A medida será debatida, nos próxi-

mos 60 dias, no chamado Comitê SPS, que trata de questões sanitárias.

O Brasil e outros países exportadores de carnes de aves, com destaque para frango, deverão se manifestar de forma contrária.

Quando um país se sente prejudicado, busca um comitê de arbitragem na OMC. Se as medidas adotadas forem consideradas ilegais, estas terão de ser eliminadas. O organismo também pode autorizar algum tipo de retaliação para compensar eventuais prejuízos, como o aumento de tarifas de importação de determinados produtos.

A BRF afirma que não consegue mensurar qual seria o impacto operacional e econômico-financei-



Linha de produção. Arábia Saudita é o segundo destino do frango brasileiro

ro caso a redução da validade dos produtos, que é contada a partir da data do abate, seja mantida.

Com unidades impedidas de exportar para o país, a JBS, outra grande exportadora brasileira, ficou de fora do mercado saudita.

A BRF, porém, tem operações no Oriente Médio,

incluindo instalações na Arábia Saudita. No início deste ano, por exemplo, concluiu a aquisição de uma processadora local por US\$ 8 milhões. Os planos são de investir mais US\$ 7,2 milhões para quintuplicar a produção para 18 mil toneladas por ano.

Segundo especialistas, a

Arábia Saudita vem trabalhando para restringir importações e estimular a produção local.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

A BRF reconhece que o crescimento da participação do Brasil no mercado internacional de aves e carnes suína e bovina torna os exportadores do país "cada vez mais afetados pelas medidas adotadas pelos países importadores para protegerem os produtores locais", como consta do Formulário F-20, enviado ao regulador de mercado americano (SEC, na sigla em inglês), em março deste ano.

Para o Brasil, a Arábia Saudita é central no segmento de aves: é o segundo destino do frango brasileiro, perdendo apenas para a China. De janeiro a março deste ano, as exportações brasileiras para o país subiram 8,5%, para 120,8 milhões de toneladas, gerando US\$ 205,8 milhões em receita, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal.

Modulação sobre ICMS pode reduzir impacto à União

Teriam direito à restituição os contribuintes com ações em curso até o dia 15 de março de 2017

Por Joice Bacelo, Adriana Aguiar e Beatriz Olivon — Do Rio, São Paulo e Brasília

13/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Ministra Cármen Lúcia: voto pela exclusão do ICMS destacado em nota — Foto: Divulgação

A proposta da ministra Cármen Lúcia sobre o alcance da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, se prevalecer, reduz o impacto da tese para os cofres da União. Ela sugeriu aos demais ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que se aplique ao caso a chamada modulação de efeitos, estabelecendo como data de corte o dia 15 de março de 2017 - quando o mérito foi julgado no Plenário da Corte.

Significa que a partir desta data todos os contribuintes poderiam se valer da decisão “para frente”. Ou seja, não precisariam mais recolher PIS e Cofins com o imposto embutido no cálculo. Mas aqueles que não tinham ações ajuizadas para discutir essa questão até o dia 15 não terão o direito de receber de volta o que pagaram a mais ao governo em anos anteriores.

Teriam direito à restituição, portanto, somente os contribuintes com ações em curso até o dia 15 de março de 2017. Esses, pela proposta da ministra Cármen Lúcia, estariam livres da modulação de efeitos. Trata-se de uma minoria.

Segundo consta num ofício enviado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ao presidente da Corte, o ministro Luiz Fux, no mês de abril, 78% dos mais de

56 mil processos mapeados sobre esse tema em todo o país foram ajuizados pelos contribuintes depois da decisão de 2017.

O alcance da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins está sendo discutido por meio de embargos de declaração. O julgamento teve início ontem, depois de mais de quatro anos da decisão de mérito. A União havia apresentado o recurso em outubro de 2017 e desde lá esse caso entrou e saiu da pauta por diversas vezes.

Há, por enquanto, somente o voto da ministra Cármen Lúcia, que é a relatora do caso. O julgamento continua na sessão de hoje. Ainda faltam as manifestações de dez ministros para que se tenha o desfecho.

A relatora justificou, para a modulação dos efeitos, “a preservação da segurança jurídica dos órgãos fazendários”. Reconheceu que a Corte já havia decidido pela exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins em um julgamento anterior, no ano de 2014, mas ponderou que tal recurso não teve efeito vinculante. Afirmou ainda que existiam decisões em caráter repetitivo, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sentido contrário.

Em um outro ponto sensível desse recurso, no entanto, Cármen Lúcia se posicionou de forma favorável ao contribuinte. A ministra afirmou que todo o ICMS deve ser excluído do cálculo do PIS e da Cofins. Ou seja, o imposto que incide sobre a

mercadoria e consta na nota fiscal. A União pedia para que somente o imposto recolhido aos Estados pudesse ser retirado.

“A análise jurídica do princípio da não cumulatividade há de se levar em consideração”, afirmou a ministra. “O valor integral do ICMS destacado na nota fiscal da operação não integra o patrimônio do contribuinte, pois o mero ingresso contábil não configura receita.”

Advogados de empresas consideram que a ministra fez um “meio de campo”. Para Maurício Faro, do BMA Advogados, a decisão afastou omissões alegadas pela PGFN. “Foi importante ela ressaltar que o julgamento tratou do ICMS destacado”, diz. Contudo, não seria o caso de modular, uma vez que o Fisco não foi surpreendido com mudança de jurisprudência.

“Nesse julgado em 2017, o Supremo reiterou o julgamento anterior.” Ele refere-se ao caso envolvendo a Autoamericano. O julgamento, sem repercussão geral, terminou em 2014.

Segundo Cristiane Romano, do Machado Meyer, que assessorou o Autoamericano na época, desde lá o STF julgava favorável ao contribuinte e, por isso, não seria o caso de modular. “Embora a gente entenda que não deve haver modulação pelo histórico do caso, ficou um meio termo entre o que os contribuintes queriam e a Fazenda pedia.” Matheus Bueno de Oliveira, do Bueno & Castro Tax Lawyers, afirma que a modulação não é o caminho perfeito mas, se desde março de 2017, protege quem já tinha entrado com ação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Bloqueador de gordura é aprovado por mulheres de Salvador !

DR. ZERO PESO

Morte de idoso por covid tira R\$ 3,8 bi da economia

301 mil pessoas com mais de 60 anos já morreram pela doença

Por Gabriel Vasconcelos — Do Rio

13/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



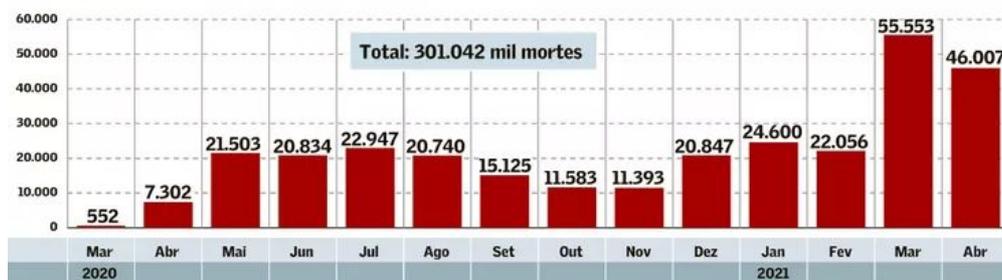
Ana Amélia Camarano, economista do Ipea: "Em muitos casos, quando o idoso morre, a família entra na pobreza" — Foto: Helio Montferre/IPEA

As mortes de idosos por covid-19 no Brasil tiraram cerca de R\$ 3,8 bilhões de circulação da economia nos 13 meses e meio de pandemia até abril. Essa renda não realizada aproximou da pobreza milhares de famílias que dependiam financeiramente de pais e avós.

O alerta sobre o impacto social das mortes de pessoas com 60 anos ou mais na renda de familiares remanescentes é da economista do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Ana Amélia Camarano, especializada em terceira idade. A estimativa do montante perdido com a morte de 301 mil idosos no período é do **Valor** e foi avalizada pelo Ipea.

Os idosos na pandemia

Mortes por covid-19 entre pessoas com 60 anos ou mais



Lares brasileiros

- 72,6 milhões de domicílios
- 25,4 milhões de domicílios com idosos
- Em 15,4 milhões de domicílios, mais de 50% da renda vêm do idoso
- 65,9 milhões de pessoas moram em lares com idosos
- 53,5% ou 35,3 milhões são adultos e crianças
- 43,1% desses adultos (15,2 milhões) não trabalham

Efeito vacina

Percentual entre os mortos

Entre 0 e 39 anos



Entre 40 e 59 anos



Entre 60 e 79 anos



80 anos ou mais



O cálculo tem como base óbitos listados na Central de Informações do Registro Civil (CRC) e compilados pelo Valor Data, além de informações sobre renda média da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) em 2019, ano que precede a crise sanitária. Então, pessoas com mais de 60 anos tinham rendimento total médio de R\$ 2.249.

O montante perdido equivale a 1,3% do rendimento total da população nos 12 meses de 2019, R\$ 294,4 bilhões, o último dado aferido pelo IBGE, que considera salários, aposentadorias, pensões e outras fontes. Mas Ana Amélia diz que, para além do drama humanitário, o cerne do problema está no impacto concentrado dessas perdas no orçamento de famílias que dependiam financeiramente dos rendimentos desses idosos.

Em nota técnica a ser publicada pelo Ipea a qual o **Valor** teve acesso, Ana Amélia calcula o baque financeiro provocado, em média, pela morte de um idoso arrimo de família: há redução de 48,4% na renda per capita dos familiares remanescentes, que cai de R\$ 1.475,6 para R\$ 760,4. Para efeito de comparação, a perda da renda do trabalho de um integrante adulto, devido a morte ou desemprego, leva a uma redução menor, de 43,7%, na renda per capita dos familiares remanescentes.

“Em muitos casos, quando o idoso morre, a família entra na pobreza, sobretudo agora em que são poucas as chances de recomposição da renda em meio à crise e desemprego alto. Isso não tem sido observado a contento”, diz a especialista. “No Brasil, ainda se entende a Previdência Social como gasto e não como elemento estrutural do Estado de bem-estar social.”

Entre os estudiosos da terceira idade no Brasil, é consenso que a universalização da Seguridade Social no Brasil, introduzida pela Constituição de 1988, diminuiu a pobreza entre idosos e beneficiou indiretamente não idosos. “Com a renda obtida pela Seguridade Social, eles [idosos] assumem uma salvaguarda de subsistência familiar e invertem o papel social de dependentes para provedores”, escreve Ana Amélia na nota técnica.

Com o passar dos anos, diz ela, o número de idosos que sustentam famílias numerosas se intensificou pelo envelhecimento da população e pela intensificação do fenômeno dos “nem nem”, pessoas que não estudam nem trabalham, primeiro entre jovens de 15 a 29 anos e, mais recentemente, entre homens de 50 a 59 anos desalentados.

De fato, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Covid-19 (Pnad Covid-19) de novembro de 2020, reunidos pela pesquisadora, mostram que, então, 55,4% dos 34,3 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais (19 milhões de pessoas) moravam com filhos, parentes, agregados ou empregados domésticos.

Essas famílias que mesclam gerações têm, em média, 2,9 pessoas e são chamadas de “continentes” porque provêm maior cuidado aos idosos. Segundo o IBGE, 65,9 milhões de brasileiros viviam nesse tipo de arranjo, e a maioria, 35,3 milhões, era de adultos e crianças. Entre os adultos, 43,1%, cerca de 15,2 milhões, não trabalhavam. Nesse cenário, em 21% do total de domicílios brasileiros, mais da metade da renda vem do idoso, seja de aposentadoria, seja de pensões.

Extrapoladas para o universo de idosos vítimas da covid-19 até abril, essas proporções indicam que, potencialmente, 165,3 mil deles estavam nessa situação, e deixaram para trás cerca de 314 mil familiares ou empregados, possivelmente em dificuldades financeiras. Como não há informações precisas sobre o

comportamento da doença entre os idosos de famílias continentais, esses números são projeções, mas ajudam a vislumbrar a dimensão do problema.

O economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), afirma que esse contingente de afetados pode ser considerado conservador, por não considerar o desemprego causado pela pandemia entre os idosos vivos.

Ele diz que, na comparação entre o quarto trimestre de 2019 e igual período de 2020, ou seja, antes e durante a pandemia, houve perda real de 18% especificamente na renda do trabalho do grupo com mais de 60 anos, percentual no máximo igualado pelas faixas mais jovens da pirâmide etária. “Os idosos são duplamente penalizados na pandemia, com mais mortes e desemprego maior”, diz.

O fenômeno se soma à perda das aposentadorias e pensões. Neri afirma que os números do INSS acusam redução de 31% no número de benefícios entre janeiro de 2020 e igual mês de 2021.

Neri diz, ainda, que a estimativa de perdas na ordem de R\$ 3,8 bilhões, é “conservadora” porque não reflete seu caráter permanente e não inclui no cálculo a expectativa de vida tirada das vítimas. Já considerando a redução da expectativa de vida pela pandemia, Ana Amélia calcula que um homem de 70 anos ainda viveria, em média, mais 13,6 anos, o que aumentaria em muito o impacto monetário de sua morte sobre dependentes.

Neri diz ainda que há uma falha grave na formatação do auxílio emergencial que, nessa segunda etapa, funciona com um sub-cadastro da época de sua criação, o que exclui pessoas afetadas ao longo da crise, como filhos e netos antes sustentados por idosos mortos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 66.95 - MARISA

Compre Agora

O buraco negro das emendas do relator do orçamento

O subterfúgio das emendas do relator abre vasta avenida para a corrupção

13/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A tragicomédia da montagem do orçamento de 2021, aprovado no fim de março, ratificou uma anomalia exótica: as emendas do relator geral que, pelo segundo ano consecutivo, foram superiores à soma das emendas das bancadas estaduais, dos deputados e senadores e das comissões. A novidade consolidou o avanço do Legislativo sobre a definição de recursos orçamentários e a entrega a um parlamentar de poder para determinar a seu bel prazer ou a de seus aliados o destino de cerca de um terço de todo o dinheiro que sobra após os gastos obrigatórios do Estado. Para que tanto poder e tanto dinheiro? Isso ficou claro com o uso de um orçamento paralelo de R\$ 3 bilhões, obviamente para comprar influências e aliados para o governo, além de equipamentos superfaturados, como revelou o jornal O Estado de S. Paulo.

A instituição das emendas do relator e seus extravagantes recursos foi feita em 2019, com a inclusão de R\$ 30 bilhões para tal finalidade. O governo esperneou, vetou a trama e o Congresso não derrubou o veto porque conseguiu bom quinhão do que propusera, R\$ 20 bilhões. A posteriori, essa concessão ajuda a iluminar os motivos pelos quais o Centrão, capitaneado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), ofereceu seus bons préstimos a um governo politicamente desorientado, e, por decisão própria, sem elos no Congresso. A tática de Bolsonaro de não criar vínculos partidários no Legislativo foi um desastre, que revelou que os riscos dessa atitude eram graves - cresceram as ameaças de impeachment.

Pelas informações publicadas por O Estado de S. Paulo, pode-se deduzir que não havia apenas promessas de ganhos futuros na parceria com o Centrão, mas pagamentos antecipados e de bom vulto. Cada deputado tem direito de indicar emendas de R\$ 10 milhões, mas as do relator em 2020, Domingos Neto (PSD-CE), brindaram com R\$ 175 milhões o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), com R\$ 151,7 milhões o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), líder do governo no Congresso, R\$ 98,5 milhões para o então presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sempre evasivo diante de confrontos entre o Congresso e o presidente, e R\$ 50 milhões a Arthur Lira.

As emendas individuais têm destinação e montante determinados, as de bancadas estaduais e comissões não tem teto e as do relator, só teto e nenhuma transparência. Deputados e senadores enviaram ofícios, principalmente ao

Ministério do Desenvolvimento, solicitando envio de verbas para obras determinadas. Boa parte desses recursos foram enviados à Codevasf, comandada pelo Centrão. Houve razoável concentração na compra de máquinas agrícolas por preços superiores aos de mercado.

A Codevasf já tinha sido objeto de acerto político do Centrão com o governo. Ganhou suspeita envergadura em setembro, quando o presidente Jair Bolsonaro sancionou projeto que estendia as atribuições da empresa das bacias do São Francisco e Parnaíba para as do Amapá, Amazonas e Pará. Obviamente, aumentou a necessidade de superintendências e cargos, a serem preenchidos pelos aliados de Bolsonaro. Elmar Nascimento (DEM-BA), que indicou o presidente da companhia, e relator da MP que cria condições para a privatização da Eletrobras, mudou o texto original que previa dinheiro só para a revitalização do São Francisco e reservatórios de Furnas e incluiu Maranhão e Piauí. O controle dos recursos, que seria feito por comitê gestor criado pelo Executivo, foi transferido para a Codevasf.

Um Orçamento impositivo votado pelo Congresso é um fato nas democracias avançadas. No Brasil, porém, o processo das emendas impositivas iniciou-se pelas mãos do deputado Eduardo Cunha, possivelmente com as intenções que o levaram à cadeia depois de comandar o impeachment de Dilma Rousseff. Em geral o Executivo exerce seu poder para ter influência sobre os recursos em troca de apoio no parlamento. Bolsonaro parece ter deixado o assunto a cargo do Centrão, que tem mostrado, sob Lira, grande voracidade.

O subterfúgio das emendas do relator reduz o número de interlocutores e intermediários, favorece o segredo, centraliza verbas e, sem qualquer transparência, abre vastas avenidas para a corrupção. Em campanha, Bolsonaro mostrou que sabia o que o Centrão havia feito no passado e repudiou-o. Agora lava as mãos ou dá seu aval a expedientes que podem comprometê-lo no futuro, associá-lo a eventuais escândalos e aniquilar suas chances eleitorais, barrando a reeleição de quem prometeu acabar com a corrupção no país.

Turismo brasileiro perde R\$ 341 bi com pandemia

Setor opera em patamar 44% inferior ao do período anterior à pandemia

Por Lucianne Carneiro — Do Rio

13/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Diretamente afetado pelo isolamento social, o turismo brasileiro já acumula prejuízo de R\$ 341,1 bilhões na pandemia. A estimativa, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), considera o período de março de 2020 a abril de 2021 e é feita a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e de fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos do país.

O setor de turismo se encontra 44% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, antes do início da pandemia no país, quadro pior que outros setores da economia, como serviços em geral (-2,8%), varejo (-0,3%) e indústria (0%).

“De longe o turismo é o setor mais afetado pela pandemia. Ele envolve naturalmente aglomerações, como aeroportos, rodoviárias, hotéis, bares, restaurantes... A situação é muito pior que os serviços como um todo, o comércio ou a indústria”, afirma o economista sênior da CNC Fabio Bentes.

Mais da metade do prejuízo de R\$ 341,1 bilhões (52,6%) está concentrado em São Paulo (R\$ 137,7 bilhões) e no Rio de Janeiro (R\$ 41,7 bilhões). Pelas contas da CNC, os serviços turísticos operavam, em março de 2021, com 61,4% do potencial mensal de geração de receitas, nível inferior ao de dezembro (63,8%). O número está acima da primeira onda da pandemia - 29,8% em abril e 32% em maio de 2020 -, mas distante do que é o potencial do setor.

A expectativa da CNC é de melhora da atividade turística nos próximos meses, com a flexibilização mais recente e o avanço da vacinação, ainda que lento e com interrupção em diversas regiões do país. O cenário, no entanto, é de uma recuperação total muito distante, apenas no fim de 2022.

“O setor de turismo ainda está muito distante da geração plena de receita frente ao período pré-pandemia e acredito que essa recuperação só vai ocorrer no fim de

2022. A situação ainda é muito preocupante para o turismo”, diz.

Parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, o índice de atividades turísticas caiu 36,6% em 2020. A projeção da CNC é de alta de 18,2% em 2021, ou seja, apesar de ganho expressivo, não compensa a perda do ano passado.

O indicador avançou entre maio de 2020 e fevereiro de 2021, com expansão acumulada de 127,2%. Só que em março caiu 22%, frente fevereiro, com o aumento das restrições por causa da segunda onda da pandemia. Foi o pior desempenho desde abril de 2020 (-54,5%). Para recuperar o patamar pré-pandemia, é necessária alta de 78,7%.

Gerente da PMS, Rodrigo Lobo destaca que o comportamento do índice de atividades turísticas é um exemplo do impacto da piora da pandemia nos serviços de caráter presencial em março. “O índice é um bom termômetro de como anda a parte de serviços de caráter presencial. Há quedas importantes vindas de restaurantes, de hotéis, de transporte aéreo, de transporte rodoviário coletivo, de serviço de buffet”, diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 66.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Erva poderosa acelera a perda de peso em apenas 30 dias!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Erva poderosa alivia as dores nas juntas em minutos!

DR.ZERO DOR

LINK PATROCINADO

Especialista: “Suavize muito rugas no pescoço com esses 3 segredos caseiros!”

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO



Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

Melhora da economia não é jogo ganho

Se governo não agir, espaço fiscal será menor, diz Claudio Considera

13/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Indicadores econômicos menos piores do que se previa em março levaram, nas últimas semanas, a um processo de alta nas projeções de crescimento do país neste ano. A estimativa média do mercado passou de 3,04% de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 para em torno de 3,2%, no espaço de um mês. Casas como XP Investimentos e Itaú ficaram mais otimistas e já anunciaram novos números, vendo expansão da ordem de 4%.

No governo, os dados mais recentes colocaram tendência de alta na estimativa atual, de 3,2%. Não está garantida, porém, uma revisão já no próximo relatório bimestral, a ser divulgado neste mês. A mudança pode ficar para depois, quando houver mais números disponíveis, como o PIB do primeiro trimestre.

| Se governo não agir, espaço fiscal será menor, diz Considera

De qualquer forma, esses primeiros meses do ano foram melhores do que se esperava para a atividade. Um número positivo para o período já não é mais uma hipótese distante, na avaliação do governo. A tese do abismo fiscal (“fiscal cliff”) de grande parte dos economistas, que era rebatida enfaticamente pela equipe econômica, não se confirmou. Ao contrário.

Em março, porém, o país caiu no abismo da segunda onda da covid. Com os governos, em especial o federal, mostrando-se ineptos na gestão da pandemia, as mortes chegaram a superar a assombrosa marca de 4 mil por dia. Isso forçou medidas mais duras de restrição de atividades em grande parte do país.

Mesmo assim, a queda na economia não se mostrou tão grande quanto a ocorrida no início da pandemia. O governo também começou nova rodada de medidas de combate aos seus efeitos econômicos, em volume bem menor do que em 2020.

A visão na área econômica, é que, se não houver ruídos mais relevantes e a vacinação tiver bom ritmo, a tendência é o câmbio se valorizar, a inflação cair e o PIB “decolar” neste ano.

Apesar do cenário um pouco melhor para o PIB em 2021, ainda é bastante necessário ter cautela para se analisar a economia nacional. Em especial quando se olha um pouco mais à frente. Há incertezas relevantes. O Banco Central tem subido juros, as fragilidades fiscais permanecem e, em breve, o calendário eleitoral vai pesar.

Olhando tanto a projeção do Focus, como a dos mais otimistas para este ano, bem como a do próprio governo, permanece a visão geral de que o crescimento não será grande coisa em 2022. Algo entre 2% e 2,5%. É muito pouco para um país que passou por duas graves recessões e tem alta ociosidade produtiva. Dados do governo apontam um “hiato do produto” em torno de 4%.

Esse número se torna ainda mais preocupante à luz de dados como os de inatividade dos trabalhadores. Reportagem da jornalista Edna Simão, do **Valor**, com base em estudo do Ipea, mostra que não só o desemprego e o desalento estão bem mais altos, mas que esse drama é pior para mulheres e pessoas não brancas. Desanimador.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, levanta dúvidas sobre qual será o ritmo da economia tanto no curto, como no longo prazo. Para este ano, aponta, uma grande questão é sobre o ritmo de vacinação e se haverá ou não uma terceira onda da pandemia no país. “É uma doença ainda muito presente e trazendo riscos. Se não houver terceira onda que atrapalhe a recuperação do segundo semestre, a gente consegue crescer em torno de 3% ou um pouco mais”, disse ao **Valor**.

Para o horizonte mais longo, o economista lembra que o país tem vulnerabilidades, como a questão fiscal (endividamento alto e déficit primário), bem como taxas de poupança e investimentos muito baixas. E a incerteza política, com eleições à vista e dúvidas sobre qual será o rumo da gestão econômica a partir de 2023, embaralham ainda mais o cenário. “A questão fiscal mal resolvida significa taxas de juros de longo prazo longa e acaba atrapalhando também o investimento”, disse.

Ele ressalta que o componente doméstico do crescimento está ruim, tanto que muitas empresas estão deixando o país, embora no lado externo, por causa da alta das commodities, há uma ajuda importante. “Precisamos de solução mais integrada entre o lado doméstico e o externo.” Vale projeta para 2022 expansão de apenas 1,8% para o PIB, devido à alta de juros e incerteza eleitoral.

O pesquisador-associado do Ibre FGV e ex-secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda no governo FHC, Claudio Considera, e a economista Juliana Trece mostram bem o quadro dramático em que se encontra a economia nacional. Em texto publicado no Blog do Ibre, eles evidenciam que o país hoje está pior do que em 2011.

“Ao longo da última década, o PIB retraiu R\$ 92 bilhões, ou seja -1,2%, e, como a população cresceu no mesmo período (10,1%), o valor do PIB per capita reduziu-se em R\$ 4.024 (...). Na década, o consumo das famílias aumentou apenas R\$ 126 bilhões e o consumo per capita reduziu-se em R\$ 1.563”, dizem.

Eles questionam sobre até quando o país ficará “inerte crendo que as reformas e o ajuste fiscal serão suficientes para retomar o crescimento e o emprego”. De fato, apesar de uma série de reformas, o país não cresceu a contento. “Já é tempo de perceber que não haverá crescimento econômico espontâneo e que o Estado tem que agir engendrando políticas econômicas que induzam o crescimento e o emprego num movimento virtuoso”, salientam.

Ao **Valor** Considera foi mais direto e ressaltou que o Estado precisa induzir o crescimento, por meio de gasto público direto em setores como construção civil. “A construção tem efeitos muito fortes. Isso provoca mais emprego, mais renda e gera ciclo virtuoso”, disse, citando áreas como saneamento. “O governo precisa gastar dinheiro nessas coisas”, completou.

Ele citou o plano Biden de investimentos públicos nos Estados Unidos como referência e rebateu a ideia de que a restrição fiscal impediria o Brasil de agir nessa direção. “Se não fizer algo desse tipo, o espaço fiscal vai diminuir ainda mais”, disse, explicando que, se o crescimento não for retomado em bases mais fortes por mais

tempo, a arrecadação não terá um bom desempenho e o quadro fiscal vai se agravar.

São visões diferentes para um mesmo desafio: crescer mais e por muito tempo. E isso depende primeiro de o governo parar de brincar com as vidas brasileiras, acelerar a vacinação e se tornar fonte de tranquilidade em diversas frentes - política, sanitária, econômica, ambiental -, e não de constante ruído e inquietação.

Fabio Graner é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Ribamar Oliveira

E-mail: fabio.graner@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Erva poderosa acelera a perda de peso em apenas 30 dias!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Erva poderosa alivia as dores nas juntas em minutos!

DR.ZERO DOR

LINK PATROCINADO

Psiu! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Aproveite! Frete grátis para todo o Brasil o seu Diatena - sérum preenchedor de rugas

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira em lavadora de pressão e economize

PORTAL G3



COMENTÁRIOS

Decisão do Supremo sobre patentes traz economia de bilhões de reais para o SUS

Com limitação de prazo, produtos cairão em domínio público e poderão ser fabricados genéricos

Por Beatriz Olivon — De Brasília

13/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Relator do caso, ministro Dias Toffoli: “A proposta resguarda 89% das patentes concedidas já com a extensão, a ampla maioria” — Foto: Divulgação

O julgamento sobre patentes, finalizado ontem no Supremo Tribunal Federal (STF), trará economia para o Sistema Único de Saúde (SUS). Com medicamentos caindo em domínio público mais rapidamente e o surgimento de genéricos e similares, a União poderá reduzir os desembolsos feitos em bilhões de reais. A estimativa tem como base estudos anexados ao processo.

Depois de considerarem inconstitucional prazo superior a 20 anos para patentes, que era concedido em razão de atraso na análise dos pedidos, os ministros discutiram ontem sobre o alcance da decisão. Entenderam que as patentes na área da saúde deveriam imediatamente cair em domínio público, o que atinge 3.611 invenções com vigência por mais de duas décadas, segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

As demais patentes concedidas com prazo estendido, referentes a outros setores, permaneceram com esse direito. Foi aplicado a esses casos o que se chama de modulação dos efeitos da decisão. Representam a maioria das 31.699 patentes afetadas pela declaração de inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 1996).

O dispositivo determinava um prazo mínimo de dez anos de vigência para patente, em caso de demora pelo INPI. Valia para os casos em que a análise superasse uma década - ou seja, somaria-se o tempo de análise mais dez anos.

Na sessão de ontem, oito dos onze ministros votaram pela limitação dos efeitos da decisão tomada na semana passada, seguindo o voto do relator do caso, o ministro Dias Toffoli. "A proposta resguarda 89% das patentes concedidas já com a extensão, a ampla maioria", afirmou no julgamento.

Além das patentes da área de saúde, as que obtiveram prazo maior por meio de ações propostas até o dia 7 de abril, data em que concedeu liminar na ação ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), também perdem esse direito, ficando limitadas aos 20 anos previstos de forma geral na lei para invenções, contados da data de depósito do pedido (ADI 5529).

Na modulação, o ministro Dias Toffoli considerou prudente para a maioria o direito a um período maior de 20 anos de proteção. Mesmo para as da área da saúde, resguardou eventuais efeitos que já foram produzidos pela extensão, evitando a

judicialização de situações concretas consolidadas, como contratos de royalties firmados.

Por causa da pandemia, a PGR pediu celeridade no julgamento, tendo em vista as patentes de medicamentos, especialmente os que são usados no tratamento de covid-19. Desde 7 de abril está vedado ao INPI conceder a extensão de patentes nessa área por causa da liminar concedida pelo relator.

Para sensibilizar os julgadores, o órgão anexou ao processo estudos que mostram a economia com a substituição de medicamentos de referência por genéricos. Há um cálculo apresentado no processo, feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em estudo financiado pela Libbs Farmacêutica, que mostra o impacto bilionário da discussão.

Para a projeção, o estudo identificou os medicamentos com maiores gastos nas compras do Ministério da Saúde que apresentassem extensão de patentes ou potencial de extensão. Foram selecionados nove. A redução anual dos custos que o Ministério da Saúde teria nessa substituição seria de R\$ 1,2 bilhão ao ano. O valor representa 1,1% do orçamento do SUS de 2018.

O estudo cita outros dois levantamentos anteriores. Eles foram citados no voto do relator, assim como uma estimativa do Tribunal de Contas da União (TCU). Entre 2010 e 2019, apenas para um subconjunto de medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde, os efeitos da ampliação do prazo de proteção concedida pela patente podem ter chegado a cerca de R\$ 1 bilhão, segundo a estimativa.

Em nota, o Ministério da Saúde afirma que a extensão da vigência de uma patente diminui o seu poder de compra, já que impede a busca de outros fornecedores. Esta prática, acrescenta, impactava diretamente os programas de assistência farmacêutica e a missão de promover a universalidade e a integralidade no âmbito do SUS, bem como os aspectos econômicos e sociais no país.

A Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos) considera que a decisão com a retroatividade fortalece as políticas de ampliação do acesso a medicamentos no país. Segundo a presidente da entidade, Telma Salles, com a modulação, mais genéricos poderão chegar ao mercado rapidamente.

Fora da área da saúde, a Petrobras, que não participa do processo mas é uma grande detentora de patentes brasileira, diz em nota que a patente é o mecanismo que permite a compensação por esforços e investimentos de recursos humanos, materiais e financeiros na geração de inovações. A empresa destaca que a redução do período de vigência das patentes pode representar um fator de desestímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento no país.

De acordo com o INPI, há um total de 8.837 pedidos de patentes aguardando concessão há mais de dez anos, ou há mais de oito anos, no caso dos modelos de utilidade. Com a decisão, essas patentes ficarão com a validade de 20 anos, enquanto a expectativa dos detentores era de mais 10 anos a partir do reconhecimento do direito.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Erva poderosa acelera a perda de peso em apenas 30 dias!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Truque incrível para diminuir a próstata é febre em Salvador

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Erva poderosa alivia as dores nas juntas em minutos!

DR.ZERO DOR

LINK PATROCINADO

Fique livre do sofrimento da próstata inchada, tente isso a noite

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Especialista: "Suavize muito rugas no pescoço com esses 3 segredos caseiros!"

DIATENA OFICIAL

Comissão mista de reforma tributária encerra sem votar parecer de Aguinaldo

Relatório pode se converter em uma nova PEC

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

13/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Com a apresentação do relatório final do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária fez ontem sua última reunião e deixou em aberto o destino da proposição.

Os próximos passos da reforma ainda vão ser definidos pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O relatório diz respeito às Propostas de Emenda à Constituição (PECs 45 e 110), ambas de iniciativa do Legislativo. Tratam da reforma tributária “ampla”, cujo centro é a fusão dos tributos federais, estaduais e municipais que incidem sobre o consumo. PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS desaparecem para formar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Esse novo tributo será cobrado no Estado consumidor. Assim, inverte a lógica do ICMS, que é concentrado no local de produção. Com isso, há uma distribuição de renda entre as unidades da Federação. É uma transformação grande, que vem emperrando a reforma há mais de três décadas.

O governo federal tem outra estratégia para reformar os tributos. Não quer mexer na Constituição, nem na divisão de recursos entre Estados.

Prefere mudar apenas os impostos e contribuições federais. Isso é feito com projetos de lei, cuja votação exige apenas maioria simples. Ou seja, são maiores as chances de aprovação.

Nessa estratégia fatiada, são quatro projetos: o que reforma o PIS/Cofins e cria a Contribuição sobre Bens e Serviço (CBS), o que reforma o Imposto de Renda, o que muda o IPI e o que cria o “passaporte tributário”, um programa de refinanciamento de dívidas mais restrito do que o Refis. Desses, apenas a proposta da CBS já foi apresentada. Tramita como Projeto de Lei 3.887/20.

Em tese, a PEC construída por Aguinaldo Ribeiro pode tramitar em paralelo aos projetos de lei preferidos pelo governo. Mas não estava claro, ontem, se esse será o caminho a ser tomado.

Numa fala diplomática, o relator da reforma tributária afirmou ontem que não há “fatiamento”. Há, sim, discussão de diferentes temas. Acrescentou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, “converge conceitualmente” para a visão refletida em seu relatório.

O ministro, que desde sempre defendeu a estratégia do fatiamento, não vê conflito entre suas propostas e as PECs 45 e 110. Diz que são “acopláveis”.

A dúvida sobre o que acontecerá ao texto de Aguinaldo decorre do fato de que não existe, nos regimentos do Legislativo, a previsão de uma comissão mista para analisar PEC de reforma tributária.

Por isso, o texto de Aguinaldo não pode nem sequer ser votado. O presidente da comissão mista, Roberto Rocha (PSDB-MA) disse que o grupo fez uma análise política da matéria.

Aguinaldo já havia apresentado seu texto na comissão na semana passada. No entanto, Rocha deu vista coletiva e novas sugestões puderam ser apresentadas. Aguinaldo atualizou seu relatório, mas não alterou o desenho da reforma. Disse que ajustes formais poderão ser feitos durante as próximas etapas de tramitação da proposta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 66.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Erva poderosa acelera a perda de peso em apenas 30 dias!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Relator da reforma tributária apresenta parecer final



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

O relator da proposta da reforma tributária na Comissão Mista do Congresso Nacional, Aginaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou hoje (12) o parecer final. O parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 tem como foco a substituição de tributos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), será agora encaminhado para o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O relatório foi lido na semana passada, quando foi aberto pelo presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), vista coletiva e abriu prazo para os deputados e senadores sugerirem mudanças.

A apresentação do parecer nesta quarta-feira ocorreu uma semana após a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir o colegiado.

"Esse é um conteúdo que será colocado à disposição do Congresso Nacional. Não há previsão legal para examinar PEC em comissão mista. Essa é uma comissão que tem mais uma caráter de natureza política", disse Rocha durante a reunião para a apresentação do relatório.

Ao extinguir a comissão, Lira argumentou que houve estouro de prazo. Segundo ele, os trabalhos da comissão expiraram há um ano e meio e o encerramento evitaria contestações judiciais no futuro.

A decisão de Lira foi tomada num momento de divergência entre o governo e a comissão mista. A equipe econômica queria uma proposta de reforma tributária fatiada, em que temas específicos fossem votados à medida em que houvesse acordo.

O fatiamento da reforma também era defendido pelo presidente da Câmara, com o argumento de iria facilitar a tramitação da proposta. A proposta defendida por Ribeiro que estabeleceu a unificação dos cinco tributos foi considerada ampla pelo governo.

Pela proposta, uma Lei complementar regulamentará o IBS, que incide sobre qualquer bem e será composto pelo somatório das alíquotas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A proposta prevê uma transição de seis anos. Nos dois

primeiros, PIS e Cofins já dariam lugar ao IBS. Nos quatro seguintes, haveria a incorporação de IPI, ICMS e ISS. No caso dos dois últimos, haveria uma redução de alíquotas em paralelo à adoção do IBS, de forma a assegurar a **arrecadação** de estados e municípios.

O deputado disse que as sugestões recebidas dos parlamentares devem ser debatidas na próxima fase de tramitação da reforma, em "instância regimental apropriada".

Ao fazer a leitura do texto, Ribeiro defendeu ainda uma reforma ampla que "ataque os problemas estruturais" do sistema tributário, para que o país enfrente, entre outros problemas, a regressividade do sistema e favoreça a competitividade. O deputado disse ainda que o debate não deve ocorrer com " vaidade".

"Defendemos uma reforma ampla que enfrente os reais problemas do nosso sistema tributário. Tem-se falado muito em fatiamento nos últimos dias e é bom que os parlamentares tenham ciência de que o que está sendo proposto não é o fatiamento, mas uma reforma tributária com o foco no consumo que talvez seja o maior problema que nós temos hoje no custo Brasil", disse Ribeiro.

"Entendemos como clamor de fato uma reforma ampla e não uma reforma que não podemos nem chamar de reforma", acrescentou o relator.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação